

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**RESOLUÇÃO Nº 17/2018-PGJ, DE 3 DE JULHO DE 2018.**

Dispõe sobre a averbação de consignação na folha de pagamento de membros e servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, I e V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Os membros e servidores do Quadro de Pessoal do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS) poderão ter averbada, em folha de pagamento, consignação incidente sobre a sua remuneração mensal, de forma compulsória ou facultativa.

§ 1º A consignação compulsória corresponde ao desconto ou recolhimento, processado por força de lei, para indenização, ressarcimento ou pagamento de:

- I - contribuições para a previdência social estadual ou geral;
- II - pensão alimentícia;
- III - imposto de renda retido na fonte;
- IV - benefícios ou auxílios prestados à conta de recursos públicos;
- V - decisões judiciais;
- VI - contribuição para planos de saúde patrocinados por entidades consignatárias;
- VII - outros descontos compulsórios instituídos por lei.

§ 2º A consignação facultativa é efetivada mediante autorização do membro ou servidor, com anuência do MPMS, para pagamento de mensalidade, cotas ou parcelas de convênio, acordo ou contrato que tenha por objeto:

I - custeio de entidades de classe, sindicato, federação ou associação que atuem no interesse de membros ou servidores do MPMS;

- II - prêmios de seguros de vida cobertos por empresas consignatárias;
- III - taxas de ocupação de imóveis funcionais;
- IV - amortização de empréstimos concedidos por entidades consignatárias.

§ 3º O prazo máximo para amortização de empréstimo de que trata o inciso V do § 2º deste artigo será de 120 (cento e vinte) parcelas mensais.

Art. 2º Somente poderão ser admitidas como consignatárias, para efeito de averbação de consignações, as organizações que se enquadrarem nas seguintes categorias:

- I - órgãos ou entidades da Administração Pública;
- II - entidades constituídas com a finalidade de defesa de interesses ou congraçamento de membros ou servidores do MPMS, sob a forma de federação, sindicatos ou associações ou similar;
- III - entidades que operem com previdência privada, planos de pecúlios seguro de vida, renda mensal, previdência complementar ou empréstimos;
- IV - contribuição para planos de saúde patrocinados por entidades consignatárias.

Art. 3º As entidades que pretenderem obter credenciamento para averbação de consignações em folha de pagamento de membros ou servidores do MPMS deverão apresentar a seguinte documentação:

- I - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, documentos de eleição de seus administradores;
- II - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- III - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelos órgãos competentes, quando a atividade assim o exigir;
- IV - qualificação dos dirigentes, no caso de federações, sindicatos, associações, entidades assistenciais, bem como as respectivas atas de eleição;

V - balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta;

VI - certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelos distribuidores da sede da consignatária;

VII - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

VIII - prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipais, se for o caso, relativo ao domicílio ou sede;

IX - prova de regularidade para com a fazenda pública federal e municipal do domicílio ou sede do consignatário;

X - prova de regularidade relativa à seguridade social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, indispensável à previdência social e ao fundo de garantia por tempo de serviço;

XI - alvará de funcionamento;

XII - comprovação de que possui matriz, sucursal ou representação no Estado de Mato Grosso do Sul, com atuação há mais de dois anos;

XIII - carta patente expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), quando for o caso;

XIV - regulamento e tabelas devidamente aprovados pela SUSEP, publicado no Diário Oficial do Estado;

XV - autorização do Banco Central do Brasil para operar com empréstimos, que deverá ser renovada a cada alteração;

XVI - prova de ser reconhecida de utilidade pública, no caso de associação representativa de classe dos servidores do Estado;

XVII - possuir quadro associativo, com no mínimo, 100 (cem) membros ou servidores, no caso de consignatárias da categoria referida no inciso II do art. 2º;

XVIII - relação discriminada, atualizada até a data de entrada do pedido de inscrição, dos membros e servidores associados, no caso de federações, sindicatos de servidores e entidades de classe;

Art. 4º As entidades, para se inscreverem como consignatárias, deverão apresentar requerimento dirigido ao Procurador-Geral de Justiça, acompanhado de documentação discriminada no art. 3º, segundo a categoria em que estiver classificada, nos termos do art. 2º desta Resolução.

§ 1º Os documentos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada em cartório ou por servidor da Secretaria de Recursos Humanos do MPMS, à vista do respectivo original.

§ 2º O requerimento deverá ser assinado pelo representante legal da entidade requerente, cuja condição deverá ser comprovada mediante documento de procuração, que deverá ser juntado ao processo de credenciamento.

Art. 5º O credenciamento da entidade será formalizado, após análise jurídica do atendimento das condições para cadastramento, em face das disposições legais vigentes, mediante a assinatura de Termo de Convênio, conforme minuta constante do Anexo I desta Resolução.

§ 1º O Convênio será elaborado pela Secretaria-Geral e submetido ao Procurador-Geral de Justiça, para a respectiva assinatura, e ao representante legal da entidade consignatária.

§ 2º A Secretaria-Geral promoverá a publicação do extrato dos termos e seus aditivos, até 20 (vinte) dias após a sua assinatura, e zelará pela manutenção atualizada dos dados das entidades credenciadas.

Art. 6º A soma mensal das consignações facultativas de cada membro ou servidor não poderá exceder ao valor equivalente a quarenta por cento da respectiva remuneração bruta. (Redação dada pela Resolução nº 010/2013-PGJ, de 10 de junho de 2013)

§ 1º Entende-se como remuneração bruta a totalidade das parcelas salariais devidas ao servidor e o subsídio devido ao membro, excluídas as de caráter extraordinário, eventual, indenizatório e auxílio financeiro.

§ 2º Quando a soma geral das consignações compulsórias e facultativas exceder a setenta por cento da remuneração do membro ou servidor, serão suspensas até atingir aquele limite as consignações facultativas, observada a seguinte ordem de prioridade: (Redação dada pela Resolução nº 010/2013-PGJ, de 10 de junho de 2013)

I - contribuição para seguro de vida;

II - contribuição para previdência complementar ou renda mensal;

III - contribuição para planos de pecúlio;

IV - contribuição para planos de saúde;

V - amortização de empréstimos pessoais.

§ 3º As consignações compulsórias terão prioridade sobre as facultativas.

§ 4º Nas hipóteses de migração de dependente direto do plano de saúde familiar, passando à condição de agregado, a margem será reordenada mantendo-se o desconto correspondente, mesmo se negativa.

Art. 7º A análise da margem consignável será processada em relação à remuneração creditada no mês anterior e os descontos terão início no mês de apresentação da autorização de averbação, firmada pelo consignante.

§ 1º Não serão consideradas, na apuração da margem consignável, as contribuições para a previdência social e a retenção do imposto de renda, bem como as parcelas financeiras referentes a recebimentos transitórios, extraordinários ou eventuais, tais como substituições, horas extras, férias, participação em reuniões de órgãos de deliberação coletiva e aos descontos referentes às ausências ao serviço, bem como as devoluções de valores, desde que em parcela única.

§ 2º Ressalvadas as consignações compulsórias, não poderão ser admitidas averbações de valor inferior a 1% (um por cento) do vencimento do consignado.

Art. 8º As consignações facultativas poderão ser canceladas, suspensas ou alteradas, a qualquer momento:

I - por interesse do MPMS;

II - por interesse da consignatária, expresso em solicitação formal encaminhada ao Procurador-Geral de Justiça;

III - a pedido do servidor, mediante requerimento apresentado ao Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único. O cancelamento da consignação deverá ser atendido e comprovado na folha de pagamento imediatamente seguinte ao mês em que foi formalizado o pleito do membro ou servidor.

Art. 9º As averbações de consignação serão solicitadas pela entidade consignatária por meio do formulário “Autorização de Averbação”, conforme modelo constante no Anexo II desta Resolução.

§ 1º O formulário será assinado pelo consignante e pelo representante legal da consignatária e deverá ser dirigido à Secretaria de Recursos Humanos, no período compreendido entre o dia primeiro e o décimo de cada mês, para início do desconto no mesmo mês.

§ 2º A Secretaria de Recursos Humanos da Procuradoria-Geral de Justiça, após análise do enquadramento da consignação na margem consignável, promoverá o lançamento desta na folha de pagamento ou devolverá à entidade consignatária a Autorização que não puder ser lançada.

§ 3º As averbações dos empréstimos consignados poderão ser enviadas e processadas por um programa específico de gestão de consignação.

Art. 10. A averbação de consignação facultativa deverá ser processada e priorizada segundo a sua natureza e a data da “Autorização de Averbação” na Secretaria de Recursos Humanos.

§ 1º Quanto à natureza, terão precedência, pela ordem, os descontos judiciais, o cumprimento de penalidade, as devoluções de recursos ao Tesouro do Estado e as consignações autorizadas pelo consignatário, segundo as datas de entrada da solicitação da averbação.

§ 2º O desconto em folha de pagamento será efetuado somente após a averbação na ficha individual do funcionário.

Art. 11. Os créditos das consignações serão processados na conta-corrente bancária da consignatária que tenha vinculação com o número CNPJ que constar da sua identificação no convênio firmado com o MPMS.

Art. 12. A consignação em folha de pagamento não implica em corresponsabilidade do MPMS por dívidas ou compromisso de natureza pecuniária assumidos pelos membros ou servidores junto às entidades consignatárias, tampouco em responsabilidade pela consignação nos casos de perda de cargo ou insuficiência de limite da margem consignada.

§ 1º No caso de averbação por determinação judicial, ou ainda ocorrendo redução dos rendimentos brutos mensais do membro ou servidor, impossibilitando margem consignável, nos limites previstos no art. 6º desta Resolução, serão suspensos os descontos a favor das consignatárias.

§ 2º As entidades consignatárias cujos descontos tenham sido suspensos na forma prevista neste artigo poderão, de comum acordo com o membro ou servidor, alterar o valor do desconto mensal, adaptando-o à respectiva margem consignável.

Art. 13. As entidades consignatárias credenciadas pelo sistema até então vigente, deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, cadastrarem-se na forma estabelecida nesta Resolução, sob pena de descredenciamento, podendo esse prazo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

§ 1º Para o cadastramento, as entidades consignatárias deverão apresentar a documentação exigida para seu credenciamento junto à Secretaria-Geral, conforme exigências constantes desta Resolução.

§ 2º A omissão das entidades consignatárias em apresentar a documentação e assinar o convênio, conforme modelo constante do Anexo I desta Resolução, implicará na suspensão das consignações a seu favor, a partir do mês imediatamente seguinte ao vencimento do prazo fixado no *caput* deste artigo.

§ 3º Os casos de excesso de utilização da margem consignável existentes na data de início da vigência do convênio deverão ser analisados e comunicados às entidades consignatárias para renegociação com o consignante e regularização da situação perante a folha de pagamento.

Art. 14. A Secretaria de Recursos Humanos é responsável pelos lançamentos das consignações em folha de pagamento e pela observância do limite de descontos impostos pela margem consignável, no mês de análise e averbação da consignação.

Art. 15. A título de indenização de despesas administrativas com o processamento eletrônico de dados das retenções em consignações, nas folhas de pagamento dos membros ou servidores, será recolhida, mensalmente, ao Fundo do MPMS, taxa de administração equivalente a:

I - 2 % (dois por cento) sobre o valor mensal das associações representativas, federações, sindicatos dos servidores públicos e entidades de previdência privada, que operem com planos de aposentadoria, pensão ou pecúlio;

II - 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal das federações, sindicatos, associações, entidades de classe ou outros assemelhados, de companhias de seguro e entidades de previdência privada que não se enquadrem no inciso I deste artigo.

§ 1º O valor mensal por entidade consignatária deverá ser recolhido no ato de pagamento do valor correspondente ao total de retenções ou será debitado na fatura mensal relativa à prestação de serviços de processamento da folha mensal de pagamento.

§ 2º A entidade consignatária que não movimentar suas contas por mais de 90 (noventa) dias será automaticamente excluída do rol de consignatárias.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Ato nº 460/PGJ/99, de 5 de julho 1999, e demais disposições em contrário.

Campo Grande, 3 de julho de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO I

DA RESOLUÇÃO Nº 17/2018-PGJ, DE 6 DE JULHO de 2018.

Convênio que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul firma com a entidade abaixo identificada com a finalidade de estabelecer as condições para a averbação de consignações na folha de pagamento dos membros e servidores.

DAS PARTES CONVENIENTES**A - O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, doravante denominado MPMS,**

situado no Parque dos Poderes, em Campo Grande, MS, inscrição no CNPJ nº 03.983.541/0001-75, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça.

B - A seguinte entidade, doravante denominada CONVENENTE:

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____

CNPJ Nº _____

Telefone: _____ Grupo: _____

Representante(s) – nome completo, nacionalidade, identidade e CPF

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Credenciar a CONVENENTE para permitir o processamento de averbação de consignações, a seu favor, na remuneração dos membros e servidores, ativos e inativos, e de pensionistas do MPMS, por meio da Folha de Pagamento elaborada pela Secretaria de Recursos Humanos, que passa a ser denominada como SRH.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Fundamentação Legal

2.1. As cláusulas e condições deste Convênio se submetem às disposições da Resolução nº ____/2018-PGJ, de ____ 2018, o qual a CONVENENTE recebe cópia de inteiro teor.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Execução

3.1. As solicitações de consignações em folha de pagamento serão apresentadas pela CONVENENTE, por meio de formulário próprio, firmado pelo consignante e pela entidade consignatária.

3.2. A averbação da consignação somente ocorrerá se houver margem consignável, conforme estabelecido na legislação estadual, e após avaliação do setor competente da SRH.

3.3. A alteração para maior do valor consignado dependerá de manifestação pessoal do membro, servidor ou pensionista, por meio de formulário específico, e da reanálise da margem consignável pela SRH.

3.4. A inexistência de margem para a promoção da consignação impedirá à SRH de lançar o desconto a favor da CONVENENTE e importará na devolução do formulário firmado pelo membro, servidor ou pensionista.

3.5. Terão precedência sobre as consignações apresentadas pela CONVENENTE os descontos por determinação judicial, as penalidades aplicadas pela administração estadual e as obrigações previdenciárias e sociais.

3.6. Ocorrendo redução da margem consignável que impossibilite a promoção da consignação a favor da

CONVENENTE, os descontos ficarão suspensos até a regularidade da situação financeira do consignante.

3.7. Na hipótese do item 3.6, a CONVENENTE, de comum acordo com o membro, servidor ou pensionista consignante, poderá promover a redução do desconto, em compatibilidade com a nova margem consignável, e reapresentar o pedido de averbação da consignação à SRH.

3.8. As consignações creditadas indevidamente à CONVENENTE serão ressarcidas ao MPMS, mediante desconto compulsório no repasse a ser creditado à entidade consignatária no mês imediatamente seguinte à sua constatação.

3.9. O cancelamento das consignações, exceto pela ocorrência do período pactuado para o desconto, será solicitado pela CONVENENTE, por meio de formulário específico, ou pelo consignante quando a sua contribuição decorrer de opção pessoal não compulsória e se esta não corresponder a obrigação financeira com a entidade consignatária.

CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações do MPMS

4.1. Processar os lançamentos das consignações em folha de pagamento, após análise e aprovação da SRH, segundo as exigências das normas legais que regem as condições constantes deste Convênio.

4.2. Comunicar à CONVENENTE os impedimentos para processamento de consignações solicitadas, mediante devolução do formulário firmado pelo membro, servidor ou pensionista consignante.

4.3. Repassar, por meio de crédito em conta bancária, os valores consignados à CONVENENTE, até 30 (trinta) dias após o processamento do pagamento dos consignantes.

4.4. Promover, a título de indenização de despesas administrativas com o processamento eletrônico das consignações em folha de pagamento, a retenção sobre o valor mensal das consignações efetuadas da parcela de: _____.

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações da CONVENENTE

5.1. Apresentar, por meio de formulário próprio, as solicitações de consignação em folha de pagamento firmadas, em conjunto, com o consignante do MPMS.

5.2. Manter atualizadas as informações cadastrais referentes à sua situação jurídica, localização, conta bancária e representante legal para firmar documentos em seu nome.

5.3. Reapresentar, a cada 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura deste Convênio toda a documentação apresentada para seu credenciamento, conforme exigido na Resolução nº xxx/2018-PGJ, de xx.xx.2018.

5.4. Comunicar as suspensões ou cancelamentos de consignações requeridas por membros, servidores ou pensionistas consignantes.

5.5. Observar a periodicidade fixada pela SRH para entrada e processamento dos pedidos de consignação.

5.6. Ressarcir o MPMS de valores que lhe tenham sido creditados indevidamente.

5.7. Responsabilizar-se pelas informações funcionais prestadas pelos membros, servidores ou pensionistas para os quais solicitar que sejam promovidas averbações de consignação.

CLÁUSULA SEXTA – Das Responsabilidades

6.1. A CONVENENTE é responsável por ressarcimentos ou indenizações, no caso de descontos indevidos ou benefícios não concedidos, pleiteados administrativa ou judicialmente por seus consignantes.

6.2. O MPMS não se responsabilizará por valores tomados por seus membros, servidores ou pensionistas e não descontados em folha por ausência de margem consignável ou desligamento do consignante dos seus Quadros.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Rescisão

7.1. Este Convênio poderá ser rescindido, amigavelmente, por manifestação de qualquer uma das partes, com antecedência mínima de 30 (dias).

7.2. O MPMS promoverá a rescisão deste Convênio na ocorrência de dolo, admitida a defesa prévia da CONVENENTE, na apresentação de solicitações de descontos sem observância da legislação vigente e sem a manifestação pessoal do membro, servidor ou pensionista consignante ou em desacordo com as condições constantes deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. Este Convênio terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, por interesse das partes.

8.2. A ausência de manifestação das partes, até 30 (trinta) dias antes do término da vigência deste Convênio, importa na sua renovação, independente de aditamento, observado o disposto no item 5.3. da cláusula quinta.

CLÁUSULA NONA – Do Foro

9.1. As partes elegem o foro da cidade de Campo Grande, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas da execução do presente Convênio.

E, por estarem as partes justas e conveniadas, firmam o presente Convênio, em (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campo Grande, MS, (data).

Procurador-Geral de Justiça

Conveniente

Testemunhas:

Anotações Complementares:

REGISTRADO NO MPMS	ADITADO OU RESCINDIDO
EM ____/____/____	EM ____/____/____
CARIMBO E ASSINATURA	CARIMBO E ASSINATURA

ANEXO II

DA RESOLUÇÃO Nº 17/2018-PGJ, DE 3 DE JULHO 2018.

AUTORIZAÇÃO DE AVERBAÇÃO		RECIBO DE ENTRADA
ENTIDADE CONSIGNATÁRIA		Nº DE REGISTRO
NOME DO CONSIGNANTE		MATRÍCULA
CARGO DO MEMBRO OU SERVIDOR		LOTAÇÃO
Nº DE PARCELAS	VALOR DA PARCELA	EXTENSO DO VALOR DA PARCELA
PELA ENTIDADE (Nome, data e assinatura)		ASSINATURA DO SERVIDOR
		Em, ____/____/____

Para preenchimento da Secretaria de Recursos Humanos do MPMS

MARGEM CONSIGNÁVEL		VALOR DOS DESCONTOS		SALDO DA MARGEM	
R\$		R\$		R\$	
VALOR DA AVERBAÇÃO	Nº DE PARCELAS	INÍCIO DO DESCONTO	TÉRMINO DO DESCONTO		
R\$	()	____/____/____	____/____/____		
ANALISADO POR		APROVADO POR		LANÇADO EM FP	

PORTARIA Nº 2250/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila 8 (oito) dias de licença por luto, a partir de 25.6.2018, em razão do falecimento de seu pai, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2251/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 1º e 2.4, 14, 15 e 16.7.2017, a serem usufruídos nos dias 16, 17, 18, 19 e 20.7.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2240/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de julho de 2018, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 3/2018-PGJ, de 16.3.2018, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
4 (18h01min) a 11.7.2018 (7h59min)	3ª PJ	Rodrigo Correa Amaro	98478-2111
11 (18h01min) a 18.7.2018 (7h59min)	6ª PJ	Marcos Martins de Brito	99606-9203
18 (18h01min) a 25.7.2018 (7h59min)	7ª PJ	Ludmila de Paula Castro Silva	99606-9203
25.7 (18h01min) a 1º.8.2018 (7h59min)	4ª PJ	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99606-9203

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2241/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as Promotoras de Justiça abaixo relacionadas para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 1ª e 2ª Promotorias de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da comarca de Bonito, nos dias mencionados:

PROMOTORA DE JUSTIÇA	DIA
Talita Zoccolaro Papa Muritiba	2.7.2018
Mariana Sleiman Gomes	3.7.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2242/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a Promotoria de Justiça e os Juizados Especiais constantes dos quadros a seguir, em razão de ausência dos titulares, pelos seguintes motivos:

1. Férias:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO	TITULAR
Oscar de Almeida Bessa Filho	9 a 13.7.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Aparecida do Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino
Pedro de Oliveira Magalhães	23.7 a 2.8.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Cassilândia	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro
Juliano Albuquerque	16 a 26.7.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos
Lia Paim Lima	2 a 6.7.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado
Rosalina Cruz Cavagnolli	16 a 25.7.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Brillante	Jorge Ferreira Neto Júnior

2. Compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	PROMOTORIA / JUIZADO	TITULAR
Oscar de Almeida Bessa Filho	2 a 6.7.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Aparecida do Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino
Lia Paim Lima	4.7.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Bonito	Alexandre Estuqui Junior
Simone Almada Goes	16 a 20.7.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva
Paulo Leonardo de Faria	9 a 13.7.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati
Leonardo Dumont Palmerston	2 e 3.7.2018	1ª Promotoria de Justiça e Juizado Especial Adjunto da comarca de Paranaíba	Juliana Nonato

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2245/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2238/2018-PGJ, de 2.7.2018, que designou o 8º Promotor de Justiça de Campo Grande, José Luiz Rodrigues, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão da 2ª Turma Recursal Mista da referida Comarca, no dia 11.7.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2244/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 1878/2018-PGJ, de 4.6.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de junho de 2018, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERNOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
30.6 e 1º.7.2018	PJ de TERNOS	Eduardo de Araujo Portes Guedes	99312-5798
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
30.6 e 1º.7.2018	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERNOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
30.6 e 1º.7.2018	PJ de TERNOS	Silvio Amaral Nogueira de Lima	98141-5742
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
30.6 e 1º.7.2018	PJ de Brasilândia	Paulo Henrique Mendonca de Freitas	99262-5572

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2246/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 68º Promotor de Justiça de Campo Grande, Celso Antonio Botelho de Carvalho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 11ª Vara do Juizado Especial Central Virtual da referida Comarca, no dia 12.7.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2248/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 58ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Paula da Silva Volpe, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência designada para o dia 4.7.2018, às 16h40min, na 1ª Vara Criminal da referida Comarca, referente à Ação Penal nº 0036325-05.2016.8.12.0001.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2247/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2123/2018-PGJ, de 21.6.2018, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Aline Mendes Franco Lopes compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, de forma que, onde consta:

PLANTÃO	DIAS DE GOZO
14 e 15.2.2015	19 e 20.7.2018

Passe a constar:

PLANTÃO	DIAS DE GOZO
14.2.2015	20.7.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2252/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, participarem do Mutirão do Júri para julgamentos de processos na 1ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, conforme quadro a seguir:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PROCESSOS	DATA
Mariana Sleiman Gomes	0033549-95.2017.8.12.0001	9.7.2018
	0064745-30.2010.8.12.0001	16.7.2018
	0017528-54.2011.8.12.0001	23.7.2018
	0031504-55.2016.8.12.0001	30.7.2018
Mateus Sleiman Castriani Quirino	0041064-80.2000.8.12.0001	13.7.2018
Paulo Henrique Mendonça de Freitas	0015735-95.2002.8.12.0001	20.7.2018
Anthony Allison Brandão Santos	0012205-68.2011.8.12.0001	27.7.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2253/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1954/2018-PGJ, de 8.6.2018, na parte que indeferiu as férias individuais do Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja, de forma que, onde consta: Período Indeferido – 6.6 a 5.7.2018; passe a constar: Período Indeferido – 27.6 a 26.7.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2254/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 11 e 12.6.2018, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2255/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 5 e 6.6.2018, a serem usufruídos nos dias 19 e 20.7.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2256/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de férias dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	TITULAR
27ª	Juliana Martins Zaupa	3 a 6.7.2018	Daniel do Nascimento Britto
52ª	Clarissa Carlotto Torres	5 a 24.7.2018	Magno Oliveira João

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2257/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça da comarca de Coxim, Daniella Costa da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, realizar audiência de custódia, na comarca de Sonora, no dia 3.7.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2258/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de julho de 2018, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
7 e 8.7.2018	2ª PJ de Ivinhema	Juliana Martins Zaupa	99825-9158
14 e 15.7.2018	PJ de Deodápolis	Anthony Allison Brandão Santos	99312-5568
21 e 22.7.2018	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	98478-2040 99645-7680
28 e 29.7.2018	1ª PJ de Fátima do Sul	Romão Avila Milhan Junior	99941-7123
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
7 e 8.7.2018	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99938-8388 99905-8114
14 e 15.7.2018	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691
21 e 22.7.2018	2ª PJ de Rio Brilhante	Rosalina Cruz Cavagnolli	98478-2024
28 e 29.7.2018	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
7 e 8.7.2018	1ª PJ de Nova Andradina	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
14 e 15.7.2018	PJ de Anaurilândia	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689
21 e 22.7.2018	PJ de Batayporã	Bianka Machado Arruda Mendes	99922-9568
28 e 29.7.2018	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027
REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU			
7 e 8.7.2018	2ª PJ de Sidrolândia	Janeli Basso	98478-2025
14 e 15.7.2018	2ª PJ de Sidrolândia	Janeli Basso	98478-2025
21 e 22.7.2018	1ª PJ de Maracaju	Simone Almada Goes	98478-2297
28 e 29.7.2018	2ª PJ de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	98478-2041
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
7 e 8.7.2018	PJ de Iguatemi	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
14 e 15.7.2018	PJ de Iguatemi	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
21 e 22.7.2018	2ª PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
28 e 29.7.2018	PJ de Sete Quedas	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
7 e 8.7.2018	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana P. F. Berto de Almada	98121-1881
14 e 15.7.2018	2ª PJ de Naviraí	Daniel Pivaro Stadniky	99963 0050
21 e 22.7.2018	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana P. F. Berto de Almada	98121-1881
28 e 29.7.2018	2ª PJ de Caarapó	Arthur Dias Junior	99912-6912
REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI E PONTA PORÃ			
7 e 8.7.2018	1ª PJ de Amambai	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2068
14 e 15.7.2018	4ª PJ de Ponta Porã	Clarissa Carlotto Torres	98478-2389
21 e 22.7.2018	3ª PJ de Ponta Porã	Gisleine Dal Bó	99965-5105
28 e 29.7.2018	2ª PJ de Amambai	Michel Maesano Mancuelho	99312-2678
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
7 e 8.7.2018	2ª PJ de Aquidauana	Angelica de Andrade Arruda	99976-5554
14 e 15.7.2018	2ª PJ de Miranda	Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca	99686-4464
21 e 22.7.2018	2ª PJ de Aquidauana	José Maurício de Albuquerque	99986-4384
28 e 29.7.2018	1ª PJ de Miranda	Talita Zoccolaro Papa Muritiba	99244-7079

REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA

7 e 8.7.2018	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker	99922-8507
14 e 15.7.2018	1ª PJ de Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	99933-7533
21 e 22.7.2018	2ª PJ de Coxim	Daniella Costa da Silva	98478-2397
28 e 29.7.2018	PJ de Sonora	Adriano Barrozo da Silva	99312-3965

REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA

7 e 8.7.2018	2ª PJ de Cassilândia	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	99933-3517
14 e 15.7.2018	1ª PJ de Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	98478-2032
21 e 22.7.2018	1ª PJ de Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti	99677-3534
28 e 29.7.2018	2ª PJ de Costa Rica	Bolivar Luis da Costa Vieira	98478-2340

REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO

7 e 8.7.2018	1ª PJ de Aparecida do Taboado	Oscar de Almeida Bessa Filho	98478-1495
14 e 15.7.2018	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
21 e 22.7.2018	1ª PJ de Aparecida do Taboado	Oscar de Almeida Bessa Filho	98478-1495
28 e 29.7.2018	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98165-3581

REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU

7 e 8.7.2018	PJ de Água Clara	Felipe Almeida Marques	99312-6009
14 e 15.7.2018	PJ de Brasilândia	Paulo Henrique Mendonça de Freitas	99262-5572
21 e 22.7.2018	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
28 e 29.7.2018	1ª PJ de Bataguassu	Wilson Canci Junior	98125-4950

REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO

7 e 8.7.2018	PJ de Bandeirantes	Victor Leonardo de Miranda Taveira	99933-4292
14 e 15.7.2018	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
21 e 22.7.2018	PJ de Rio Negro	Thiago Bonfatti Martins	99933-9978
28 e 29.7.2018	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380

REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA

7 e 8.7.2018	2ª PJ de Bonito	Alexandre Estuqui Junior	98478-2070
14 e 15.7.2018	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518
21 e 22.7.2018	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142
28 e 29.7.2018	1ª PJ de Bonito	João Meneghini Girelli	99691-2601

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2259/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Costa Rica, George Cassio Tiosso Abbud, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 25.6 a 24.7.2018, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2260/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 9ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Emy Louise Souza de Almeida Albertini, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisora das Promotorias de Justiça Cíveis da referida Comarca, pelo período de um ano, a partir de 18.7.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2261/2018-PGJ, DE 3.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido no § 12 do artigo 9º da Resolução nº 002/2017-CSMP, de 19 de outubro de 2017, ad referendum da Comissão de Concurso,

R E S O L V E :

Designar o 69º Promotor de Justiça de Campo Grande, Paulo César Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar os membros da Comissão do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Promotor de Justiça Substituto.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2271/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Água Clara, Felipe Almeida Marques, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Ribas do Rio Pardo, no período de 26 a 30.7.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão e pela atuação no Tribunal do Júri, em regime de mutirão, do titular, Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2275/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, a serem usufruídos no período de 9 a 13.7.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2265/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Designar os membros do Ministério Público abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, GACEP, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e artigo 17, § 1º, da Resolução nº 0002/2015-CPJ, de 19.3.2015, nos períodos abaixo mencionados (Processo PGJ/10/1772/2015):

2ª ENTRÂNCIA			
COMARCA	MEMBRO	INÍCIO	TÉRMINO
Amambai	Nara Mendes dos Santos Fernandes	23.6.2018	24.7.2018
Amambai	Michel Maesano Mancuelho	25.7.2018	24.7.2019
Aparecida do Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	23.6.2018	22.6.2019
Aquidauana	Antenor Ferreira de Rezende Neto	23.6.2018	Até ulterior deliberação
Bataguassu	Edival Goulart Quirino	23.6.2018	22.6.2019
Bela Vista	William Marra Silva Junior	14.6.2018	Até ulterior deliberação
Bonito	Alexandre Estuqui Junior	24.5.2018	23.5.2019
Caarapó	Fernanda Rottili Dias	23.6.2018	22.6.2019
Camapuã	Douglas Silva Teixeira	23.6.2018	Até ulterior deliberação
Chapadão do Sul	Fernanda Proença de Azambuja	26.5.2018	25.5.2019
Costa Rica	Bolivar Luis da Costa Vieira	23.6.2018	22.6.2019
Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	17.7.2018	Até ulterior deliberação
Fátima do Sul	Romão Avila Milhan Junior	23.6.2018	16.7.2018
Fátima do Sul	Rodrigo Cintra Franco	17.7.2018	Até ulterior deliberação
Iguatemi	Thiago Barbosa da Silva	23.6.2018	Até ulterior deliberação
Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	10.1.2018	Até ulterior deliberação
Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	15.7.2018	14.7.2019
Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	23.6.2018	22.6.2019
Maracaju	Simone Almada Goes	23.6.2018	22.6.2019
Miranda	Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca	23.6.2018	22.6.2019
Naviraí	Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	23.6.2018	Até ulterior deliberação
Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	21.6.2018	Até ulterior deliberação
Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	24.6.2018	Até ulterior deliberação
Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	15.7.2018	Até ulterior deliberação
Ponta Porã	Gisleine Dal Bó	23.6.2018	22.6.2019
Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	23.6.2018	Até ulterior deliberação
Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	23.6.2018	22.6.2019
São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	23.6.2018	22.6.2019
1ª ENTRÂNCIA			
COMARCA	MEMBRO	INÍCIO	TÉRMINO
Água Clara	Felipe Almeida Marques	3.4.2018	Até ulterior deliberação
Angélica	Anthony Allison Brandão Santos	16.4.2018	Até ulterior deliberação
Bandeirantes	Victor Leonardo de Miranda Taveira	30.1.2018	Até ulterior deliberação
Batayporã	Bianka Machado Arruda Mendes	14.2.2018	Até ulterior deliberação
Brasilândia	Paulo Henrique Mendonça de Freitas	2.4.2018	Até ulterior deliberação
Deodápolis	Anthony Allison Brandão Santos	16.4.2018	Até ulterior deliberação
Eldorado	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	2.4.2018	Até ulterior deliberação
Glória de Dourados	Andréa de Souza Resende	14.2.2018	Até ulterior deliberação
Inocência	Ronaldo Vieira Francisco	14.2.2018	Até ulterior deliberação
Nioaque	Mariana Sleiman Gomes	29.3.2018	Até ulterior deliberação
Rio Negro	Thiago Bonfatti Martins	20.2.2018	Até ulterior deliberação
Terenos	Eduardo de Araujo Portes Guedes	20.2.2018	Até ulterior deliberação

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2273/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2206/2018-PGJ, de 28.6.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão do Apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, referente ao período de julho a dezembro de 2018, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DE PLANTÃO
9 (18h01min) a 16.7.2018 (7h59min)	Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa	98478-2407
16 (18h01min) a 23.7.2018 (7h59min)	Antonio André David Medeiros	98478-2407

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DE PLANTÃO
9 (18h01min) a 16.7.2018 (7h59min)	Antonio André David Medeiros	98478-2407
16 (18h01min) a 23.7.2018 (7h59min)	Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa	98478-2407

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2274/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Andréa de Souza Resende	9.11.2014 e 10 e 11.1.2015	1º, 2 e 3.8.2018
Arthur Dias Junior	26 e 27.7 e 30.8.2014	4, 5 e 6.7.2018
Daniel Higa de Oliveira	3.8.2014	6.7.2018
Helen Neves Dutra da Silva	10, 15 e 16.2.2017	8, 9 e 10.10.2018
Gilberto Carlos Altheman Júnior	8.12.2017	27.7.2018
Lenize Martins Lunardi Pedreira	19.11.2017	27.8.2018
Rodrigo Yshida Brandão	8, 9, 10, 11 e 12.3.2018	23, 24, 25, 26 e 27.7.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2276/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Benito Crepaldi 7 (sete) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, a serem usufruídos no período de 23 a 27.7.2018 e nos dias 2 e 3.8.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2277/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, a ser usufruído no dia 30.7.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2278/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, a serem usufruídos no período de 19 a 21.9.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2279/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2008 a 6 de janeiro de 2009, a ser usufruído no dia 9.7.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2280/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Aquidauana, Antenor Ferreira de Rezende Neto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no dia 13.7.2018.

Paulo Cezar dos Passos

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2282/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Sete Quedas, Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as Promotorias de Justiça das comarcas de Pedro Gomes e Sonora, no período de 3 a 6.7.2018, em razão de licença do Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2290/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes 15 (quinze) dias de licença-paternidade, a partir de 27.6.2018, e 5 (cinco) dias, em prorrogação, nos termos do inciso VI do artigo 139, e do artigo 154, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 153, de 6.7.2011, e da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2263/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Declarar estabilidade aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo relacionados, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 11 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013 (Processo PGJ/10/1576/2014).

SERVIDOR(A)	CARGO	A PARTIR DE
ARIANI MORTARI BUSANELI VILHARBA	TÉCNICO I	17.5.2018
LOUISE ISABELITA LIMA DE BRITES PADOVAN	TÉCNICO I	25.5.2018
RONY PEDROSO VASQUES	TÉCNICO I	5.5.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2264/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a progressão funcional aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, nos termos do artigo 8º, § 3º, da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 13 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013.

CARGO: TÉCNICO I - MPTE-201	PROGRESSÃO FUNCIONAL		
SERVIDOR(A)	CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE
ARIANI MORTARI BUSANELI VILHARBA	C	2	17.5.2018
LOUISE ISABELITA LIMA DE BRITES PADOVAN	C	2	25.5.2018
RONY PEDROSO VASQUES	C	2	5.5.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2210/2018-PGJ, DE 29.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Christiane Naomi Hiratsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 5 a 18.7.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense e férias da servidora Elaine do Nascimento Malheiros Freitas.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2266/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Correspondências, no período de 16 a 27.7.2018, em razão de férias e de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Wanessa Barbosa Santana.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2267/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Felipe Augusto da Cruz, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 4 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15 a 18.4.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2269 /2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Mirtes Amin Fonseca Bernardes, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento Auxiliar dos Órgãos Superiores, no período de 4 a 13.7.2018, em razão de férias da titular, Claudia Cintra Pereira Neves Regasso.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2217/2018-PGJ, DE 29.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 3496/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ana Paula Perusso de Lima	2016/2017	15.10 a 3.11.2018			18 a 27.10.2017

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alessandra Katiucha da Silva Cavassa	2016/2017	8 a 17.1.2018	2 a 11.7.2018		16 a 25.7.2018
Anderson Teodoro	2016/2017	31.1 a 9.2.2018	2 a 11.7.2018		8 a 17.1.2018
André Luiz Pasquali	2014/2015	2 a 21.7.2018			23.7 a 1º.8.2018
Ariane Albuquerque Miranda Pitzschk Terencio	2015/2016	10 a 19.1.2018	9 a 18.7.2018		1º a 10.2.2018
Andreia Daiane Vargas	2016/2017	18.9 a 7.10.2018			2 a 11.4.2018
Cristiane Rocha de Barros	2016/2017	6.8 a 4.9.2018			
Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira	2015/2016	15 a 24.2.2018	15 a 24.10.2018		4 a 13.6.2018
Djene de Souza	2016/2017	9 a 28.7.2018			1º a 10.8.2018
Fábio Maick da Silva	2014/2015	9 a 28.7.2018			29.7 a 7.8.2018

PORTARIA Nº 4133/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Angela Teno Ribeiro do Val	2016/2017	16 a 25.7.2018	5 a 14.11.2018		24.11 a 3.12.2017

PORTARIA Nº 4287/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol	2017/2018	8 a 17.1.2018	9 a 18.7.2018		29.1 a 7.2.2018

PORTARIA Nº 119/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Beatriz Almeida Ribeiro	2016/2017	11 a 20.12.2017	9 a 28.7.2018		

PORTARIA Nº 1969/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Caroline Pereira Finger	2017/2018	16 a 25.7.2018	7 a 26.1.2019		
Eliane de Azevedo Duarte	2017/2018	16 a 25.7.2018	17 a 26.9.2018		2 a 11.7.2018

Passe a constar:

PORTARIA Nº 3496/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	

		(ou integral)			
Ana Paula Perusso de Lima	2016/2017	16 a 25.7.2018	7 a 16.1.2019		18 a 27.10.2017

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alessandra Katiucha da Silva Cavassa	2016/2017	8 a 17.1.2018	16 a 25.7.2018		2 a 11.7.2018
Anderson Teodoro	2016/2017	31.1 a 9.2.2018	3 a 12.9.2018		8 a 17.1.2018
André Luiz Pasquali	2014/2015	12 a 31.7.2018			2 a 11.7.2018
Ariane Albuquerque Miranda Pitzschk Terencio	2015/2016	10 a 19.1.2018	4 a 13.7.2018		6 a 15.2.2018
Andreia Daiane Vargas	2016/2017	22.8 a 10.9.2018			2 a 11.4.2018
Cristiane Rocha de Barros	2016/2017	6 a 25.8.2018			27.7 a 5.8.2018
Diego Servulho da Silva Maluf Ferreira	2015/2016	15 a 24.2.2018	15 a 24.10.2018		14 a 23.6.2018
Djene de Souza	2016/2017	23.7 a 11.8.2018			12 a 21.8.2018
Fábio Maick da Silva	2014/2015	9 a 18.7.2018	5 a 14.11.2018		29.7 a 7.8.2018

PORTARIA Nº 4133/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Angela Teno Ribeiro do Val	2016/2017	23.7 a 1º.8.2018	5 a 14.11.2018		24.11 a 3.12.2017

PORTARIA Nº 4287/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol	2017/2018	8 a 17.1.2018	16 a 25.7.2018		29.1 a 7.2.2018

PORTARIA Nº 119/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Beatriz Almeida Ribeiro	2016/2017	11 a 20.12.2017	4 a 13.7.2018		16 a 25.7.2018

PORTARIA Nº 1969/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Caroline Pereira Finger	2017/2018	2 a 11.7.2018	7 a 26.1.2019		
Eliane de Azevedo Duarte	2017/2018	2 a 11.7.2018	17 a 26.9.2018		16 a 25.7.2018

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2268/2018-PGJ, DE 4.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Maria Graciéle Sanches, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 20.6 a 4.7.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2243/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 3019/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fabício Judson Pacheco Rocha	2016/2017	7 a 16.11.2017	9 a 18.7.2018		2 a 11.10.2017

PORTARIA Nº 3913/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Guilherme da Matta Massarotto	2015/2016	8 a 17.1.2018	1º a 10.8.2018		6 a 15.11.2017

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Flávio Cesar de Pauli	2016/2017	22 a 31.1.2018	16 a 25.7.2018	19 a 28.11.2018	
Gleydson Urbano de Almeida	2016/2017	17 a 26.4.2018	5 a 14.11.2018		12 a 21.3.2018
Ilkia Larissa Bumbieris Queiroz	2016/2017	19 a 28.11.2018	13 a 22.12.2018		30.4 a 9.5.2018
Jorge Antonio Arantes Vilela	2015/2016	19.11 a 8.12.2018			10 a 19.12.2018
Jose Claudio Vieira Neto	2016/2017	8 a 17.1.2018	9 a 18.7.2018		22 a 31.1.2018
Juliana Spengler Vavas	2013/2014	19 a 28.3.2018	15 a 24.10.2018		22 a 31.1.2018
Leandro da Silva Andrade	2016/2017	30.7 a 8.8.2018	15 a 24.10.2018		15 a 24.1.2018
Lucival Rodrigues de Oliveira Junior	2016/2017	15.10 a 13.11.2018 ^a			
Paulo Augusto Arantes Vilela	2015/2016	8 a 17.1.2018	4 a 13.7.2018		29.1 a 7.2.2018
Priscilla Garcia de Sousa Maksoud Machado	2016/2017	12 a 31.7.2018			2 a 11.7.2018
Rodrigo Aparecido Rodrigues Moretti	2016/2017	20 a 29.6.2018	2 a 11.7.2018	1º a 10.10.2018	
Rodrigo Ribeiro Mota	2016/2017	4 a 13.6.2018	2 a 11.7.2018	10 a 19.12.2018	
Sergio Teodoro Batista	2017/2018	9 a 28.7.2018			29.6 a 8.7.2018
Suellen Ribeiro Dias	2017/2018	4 a 23.6.2018	17 a 26.9.2018		
Tania Batista Rosa	2015/2016	24.9 a 23.10.2018			

PORTARIA Nº 4133/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Suzana Costa Val Gomide Baroli	2016/2017	23.7 a 1º.8.2018	8 a 17.1.2019		19 a 28.1.2018

Passe a constar:

PORTARIA Nº 3019/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fabício Judson Pacheco Rocha	2016/2017	7 a 16.11.2017	11 a 20.3.2019		2 a 11.10.2017

PORTARIA Nº 3913/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	

		(ou integral)			
Guilherme da Matta Massarotto	2015/2016	8 a 17.1.2018	16 a 25.7.2018		6 a 15.11.2017

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Flávio Cesar de Pauli	2016/2017	22 a 31.1.2018	19 a 28.11.2018	17 a 26.1.2019	
Gleydson Urbano de Almeida	2016/2017	17 a 26.4.2018	27.11 a 6.12.2018		12 a 21.3.2018
Ilkia Larissa Bumbieris Queiroz	2016/2017	27.6 a 6.7.2018	19 a 28.11.2018		30.4 a 9.5.2018
Jorge Antonio Arantes Vilela	2015/2016	13 a 22.8.2018	10 a 19.9.2018	15 a 24.10.2018	
Jose Claudio Vieira Neto	2016/2017	8 a 17.1.2018	7 a 16.1.2019		22 a 31.1.2018
Juliana Spengler Vavas	2013/2014	30.7 a 8.8.2018	15 a 24.10.2018		22 a 31.1.2018
Leandro da Silva Andrade	2016/2017	15 a 24.10.2018	22.4 a 1º.5.2019		15 a 24.1.2018
Lucival Rodrigues de Oliveira Junior	2016/2017	26.10 a 4.11.2018	5 a 14.11.2018		3 a 12.12.2018
Paulo Augusto Arantes Vilela	2015/2016	8 a 17.1.2018	10 a 19.12.2018		29.1 a 7.2.2018
Priscilla Garcia de Sousa Maksoud Machado	2016/2017	13.8 a 1º.9.2018			2 a 11.7.2018
Rodrigo Aparecido Rodrigues Moretti	2016/2017	25.7 a 3.8.2018	6 a 15.8.2018	1º a 10.10.2018	
Rodrigo Ribeiro Mota	2016/2017	2 a 11.7.2018	10 a 19.12.2018	7 a 16.1.2019	
Sergio Teodoro Batista	2017/2018	7 a 26.1.2019			29.6 a 8.7.2018
Suellen Ribeiro Dias	2017/2018	4 a 23.6.2018	19 a 28.11.2018		
Tânia Batista Rosa Buzzachera	2015/2016	12.9 a 11.10.2018			

PORTARIA Nº 4133/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Suzana Costa Val Gomide Baroli	2016/2017	18 a 27.7.2018	8 a 17.1.2019		19 a 28.1.2018

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 13/2018/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/CSMP, de 22.4.2009, torna pública a lista dos inscritos para promoção pelo critério de merecimento para a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim, segunda entrância:

Inscritos para promoção: Drs. Victor Leonardo de Miranda Taveira, Thiago Bonfatti Martins, Andrea de Souza Resende, Bianka Machado Arruda Mendes, Matheus Carim Buckner e Fábio Adalberto Cardoso de Moraes.

Campo Grande, 4 de julho de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PAUTA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 10 DE JULHO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:

6.1. Expediente encaminhado para apreciação:

1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Ofício nº 0379/2018/01PJ/NDI, de 22.6.2018.

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:

1. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000241-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002089-5.

2. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000665-2.

3. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000363-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001981-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000363-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001822-7.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001471-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001464-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002580-2.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Procedimento Administrativo nº 9/2016.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003720-9.

6. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003380-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004427-6.

7. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000489-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003056-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001413-8.

8. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002813-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000232-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001920-7.

9. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001691-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001120-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001118-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003391-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003349-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000465-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000329-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000383-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000356-7.

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003119-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002855-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001989-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002687-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000138-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002459-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003422-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002134-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001684-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002942-0.

10. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002332-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002440-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002644-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004018-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004273-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004330-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000915-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001349-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001590-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004082-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000271-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000341-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001342-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001481-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002044-4.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003806-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000076-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000631-0.

12. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000091-5.

13. GACEP – Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000588-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000589-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000590-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000591-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000592-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000593-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000594-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000595-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000596-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000597-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000598-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000599-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000600-5.

14. 27ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003097-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001537-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001532-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001925-9.

15 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001822-7.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:**6.3.1. CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000080-3.

6.3.2. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 78/2013.

6.3.3. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul:**

- Inquérito Civil nº 14/2013.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000013-3.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002185-0.

4. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000585-0.

5. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002255-0.

6.3.4. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000748-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000871-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000885-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000870-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000889-1.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002159-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001310-6.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Batavporã:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000146-8.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:

- Inquérito Civil nº 8/2015.
- Inquérito Civil nº 8/2016.
- Inquérito Civil nº 9/2016.
- Inquérito Civil nº 10/2016.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000195-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002332-6.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000466-9.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000654-2.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul:

- Inquérito Civil nº 20/2015.
- Inquérito Civil nº 14/2014.
- Inquérito Civil nº 6/2016.
- Inquérito Civil nº 3/2016.
- Inquérito Civil nº 7/2016.
- Inquérito Civil nº 5/2016.
- Inquérito Civil nº 2/2016.
- Inquérito Civil nº 4/2016.

8. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000252-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000900-2.

9. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000460-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001353-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001465-6.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000283-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000918-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000629-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001015-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000527-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000204-2.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000520-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001527-7.

10. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001908-8.

11. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000228-9.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000172-4.

12. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000354-8.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000360-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000902-4.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002141-7.

13. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001147-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002158-3.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000060-4.

14. 49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000464-7.

15. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001122-0.

16. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002325-9.

17. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000554-0.

18. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001539-9.

19. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000973-5.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000909-0.

20. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001157-4.

21. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000744-1.

22. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000584-3.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000787-4.

23. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002311-5.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002310-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002309-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002199-4.

24. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001755-7.

6.3.5. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000516-1.

6.3.6. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000809-5.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000921-7.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Julgamento de processo:****1. Processo PGJ/10/1639/2016**

Requerentes: Promotores de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes, Emy Louise Souza de Almeida Albertini e Eduardo de Araújo Portes Guedes

Assunto: Licença para elaboração de trabalho final do curso de “Mestrado em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial, oferecido pela Universidade de Girona/Espanha, em parceria com IDH, Instituto de Direito e História”.

Relator Conselheiro: Edgar Roberto Lemos de Miranda

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:****1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000648-9 – SIGILOSO**

17ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Dourados

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000748-8 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000627-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Márcia Boniolo do Vale

Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público, a prática de improbidade administrativa e o ressarcimento ao erário, tendo em vista o acúmulo ilegal de cargos praticado por Márcia Boniolo do Vale.

4. Inquérito Civil nº 4/2017

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fernando Ferrari Vieira

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da prática da infração prevista no art. 54, § 1º c/c o art.60 da Lei Federal nº 9605/98.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Notícia de Fato nº 01.2018.00000296-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Admilson Santos da Silva

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de nomeação de Isabela Cristina Laet Ribeiro para o cargo de Analista de Licitação do Município de Camapuã sem vaga.

7.2.3. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 9/2015 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Caarapó.

2. Inquérito Civil nº 4/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto às notas de empenho referentes aos Processos licitatórios nºs 008/2009, 009/2009, 010/2009, 011/2009, 012/2009, 013/2009, 088/2009, 089/2009, 090/2009, 092/2009.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil nº 52/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Pousada Pedra Branca

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da Pousada Pedra Branca, de propriedade de Luiz Roberto Galvão Tavares, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

2. Inquérito Civil nº 4/2016

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Naviraí e a Sanesul

Assunto: Apurar o cumprimento das obrigações assumidas pela SANESUL e pelo Poder Público no convênio de concessão com gestão compartilhada dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto na cidade de Naviraí.

3. Inquérito Civil nº 4/2010

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Paulista

Assunto: Apurar eventuais irregularidades jurídicas ambientais.

4. Inquérito Civil nº 24/2012

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Oscar de Oliveira Martins

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas em obras públicas realizadas pela Prefeitura de Campo Grande nos bairros São Caetano, Jardim Monte Alto e Portal da Lagoa.

5. Inquérito Civil nº 29/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: 3º Batalhão da Polícia Militar e o Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar possível ausência de policiamento no Distrito de São Pedro durante os períodos de festa.

6. Inquérito Civil nº 35/2015

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Promotoria de Justiça da Saúde Pública

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar se há falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Cohab.

7. Inquérito Civil nº 1/2011

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jaraguari

Assunto: Apurar a legalidade dos contratos firmados entre o município de Jaraguari e a empresa Triângulo Comércio e Serviços Ltda., para locação de tratores, assim como eventuais reflexos na seara da improbidade administrativa.

7.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA**1. Notícia de Fato nº 01.2018.00002833-6 - RECURSO**

Corregedoria-Geral do Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Recorrido: Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende

Recorrente: Carlos E. P. da Silva de Andrade

Assunto: Apurar eventual irregularidade no tocante a arquivamento de notícia de fato que não teria verificado assunto.

2. Notícia de Fato nº 01.2018.00002763-7 – RECURSO – SIGILOSO

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000411-4 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00002010-7 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00002005-1

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar o não pagamento de ajuda de custo para alimentação e hospedagem a pacientes cadastrados pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul no Programa Tratamento Fora de Domicílio.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000275-7

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na oferta de ensino na Escola Estadual Professora Romilda Costa Carneiro, situada no Município de Alcinópolis/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000205-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Danceteria do Gaúcho (Bar do Gaúcho) e Bar da Mari (Quiosque Frango Assado).

Assunto: Apurar suposta poluição sonora produzida pelos estabelecimentos denominados Danceteria do Gaúcho (Bar do Gaúcho) e Bar da Mari (Quiosque Frango Assado), visando verificar, ainda, se os empreendimentos estão instalados e operando sem licença ou autorização ambiental ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001890-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: BRASILCARD Administradora de Cartões.

Assunto: Apurar suposta dispensa ilegal de licitação na contratação da empresa BRASILCARD Administradora de Cartões.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002210-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Aliança Transporte e Comércio de Madeiras LTDA-ME e Município de Rio Brilhante

Assunto: Apurar eventual prática de poluição sonora e ambiental pela empresa Aliança Transporte e Comércio de Madeiras LTDA - ME, bem como possível conduta omissiva do Município de Rio Brilhante quanto à adoção de providências para impedir o funcionamento da empresa em desacordo com o Código de Posturas (Lei nº 995/95) e do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 1.956/2016).

10. Inquérito Civil nº 2/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental, provocada por prática de desmatamento/exploração vegetal, de árvores nativas e diversas essências para uso alternativo do solo.

11. Inquérito Civil nº 21/REM/2007

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Walmir Donizete Alexandre - Associação do Comércio Varejista de Carne de Naviraí

Assunto: Colher a adesão do proprietário ao Projeto Touro-Tarumã: Avaliação e Recuperação, de autoria do Grupo de Estudos em Proteção à Biodiversidade - GEBIO, supervisionado pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade.

12. Inquérito Civil nº 5/REM/2009

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Laura Willemann Flor Amadeu

Assunto: Colher a adesão do proprietário ao Projeto Touro -Tarumã: Avaliação e Recuperação, de autoria do GEBIO, supervisionado pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade.

13. Inquérito Civil nº 27/REM/2007

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Wanchope Participações S.A- Assunto: Colher a adesão do proprietário ao Projeto Touro-Tarumã: Avaliação e Recuperação, de autoria do Grupo de Estudos em Proteção à Biodiversidade - GEBIO, supervisionado pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade.

14. Inquérito Civil nº 54/2013

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa em irregularidade na contratação e prestação de serviço de segurança particular no carnaval 2013 em Corumbá/MS.

15. Inquérito Civil nº 32/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a existência de loteamento clandestino ou irregular em parte do imóvel denominado Estância Cristina, localizado no município de Itaporã/MS.

16. Inquérito Civil nº 1/2014

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: DNA Energética Ltda.-ME

Assunto: Apurar possível irregularidade na exploração de atividade de carvoejamento em razão do descumprimento das condições estabelecidas na licença ambiental da fazenda Santa Ana, localizada no Distrito de Piraputanga, neste Município.

7.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001490-1

Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul

Requerente: Erlio Natalício Fretes

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pagamento de mais de um milhão e meio de reais em vantagens a um dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, no exercício de 2011, o que superaria o teto constitucional.

2. Inquérito Civil nº 2/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agesul - Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos

Assunto: Apurar denúncia de omissão do Poder Público na manutenção da estrada e ciclovias que dá acesso ao Distrito de Silviolândia em Coxim/MS.

7.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001476-7

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura Municipal de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Pregão Presencial nº 063/2016 Processo nº 193/2016/DL/PMD.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001600-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar notícia indicativa de supostas agressões perpetradas por agentes penitenciários lotados no EPRSAAA-D.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000850-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Estância Caiman (Caiman Agropecuária Ltda)

Assunto: Apurar a situação jurídico ambiental da Estância Caiman, de propriedade de Caiman Agropecuária Ltda, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas necessárias medidas à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2018.

7. Ordem do dia:

7.1 Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.1.1. Processo com pedido de prorrogação de prazo:

1. Inquérito Civil nº 8/2010

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Myrtes Pacheco de Barros e Raquel Pacheco Barros, fazenda Santa Virgínia

Assunto: Verificar a regularidade da reserva legal, em campo e junto ao CRI, bem como a existência de desmatamento de 209,16 hectares sem a autorização do órgão ambiental competente.

Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

7.2 Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 10/2012

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Coordenadoria Jurídica da Secretaria de Estado de Saúde

Requerido: A apurar

Assunto: Investigar as circunstâncias em que foi elaborado um orçamento para intervenção cirúrgica do paciente Jucelino Pereira da Silva.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE AQUIDAUANA/MS – NOTÍCIA DE IRREGULARIDADES – ORÇAMENTO MÉDICO PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA – UTILIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PELA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL PARA SUBSIDIAR AÇÃO JUDICIAL - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE, DOLOU OU MÁ-FÉ NA EMISSÃO DO DOCUMENTO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No presente caso, constatou-se o orçamento emitido pelo médico Dr. Marcos Rogério Araújo fora solicitado pelo paciente J.P.S e pela Defensoria Pública Estadual, que necessita desse documento para embasar e justificar o quantum de seus pleitos judiciais, não cabendo ao profissional da saúde abster-se de prestar informações reais e necessárias quanto a situação clínica do paciente. Desse modo, conclui-se que não houve a prática de qualquer irregularidade pelo médico investigado, bem como a emissão do orçamento médico não continham indícios de dolo, má-fé ou qualquer prejuízo ao erário, não caracterizando ato de improbidade administrativa, justificando o arquivamento proposto.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 28/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar a regularização cadastral dos beneficiários das unidades habitacionais situadas no Jardim ‘Santa Terra’, conforme Recomendação nº 01/2014 PJ-ITP, bem como apurar eventual prática de crime de disposição de coisa

alheia como própria por parte dos beneficiários que, de qualquer forma, negociaram as unidades habitacionais pertencentes ao município de Itaporã.

EMENTA – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITAPORÃ/MS – APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE DESVIOS DAS UNIDADES HABITACIONAIS DOADAS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – JARDIM SANTA TERRA - APURAR A ADOÇÃO DAS MEDIDAS FISCALIZATÓRIAS PELA MUNICIPALIDADE – RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS – ACORDO FIRMADO ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORÃ - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS PELO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Denota-se que fora instaurado pelo órgão ministerial de execução o Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001667-3, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar o procedimento de regularização cadastral levado à efeito pelo Poder Público Municipal de Itaporã, relativo as unidades habitacionais populares do Jardim Santa Terra. Desse modo, observa-se que o procedimento administrativo em tramitação na promotoria de origem, fiscalizará e acompanhará a conduta do alcaide municipal, não havendo razão para o prosseguimento do feito, de modo que o arquivamento afigura-se de rigor.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 17/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais ocorridos no imóvel rural denominado Chácara São José, de propriedade do Sr. Pedro Alves dos Santos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA CHÁCARA SÃO JOSÉ – MUNICÍPIO DE COXIM-MS - CURVAS DE NÍVEL – AUSÊNCIA DE INDÍCIO DE EROSÃO CAUSADO PELAS ÁGUAS DA CHUVA - IRREGULARIDADES AMBIENTAIS SANADAS – INSCRIÇÃO DO IMÓVEL NO CAR - PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista que os danos ambientais de outrora foram mitigados e a propriedade encontra-se em conformidade com a autorização ambiental, e fora inscrita no Cadastro Ambiental Rural (CAR), estando regularizada sua situação ambiental. Inscrito o imóvel rural no CAR junto ao órgão ambiental municipal ou estadual, com a sua identificação e localização da Reserva Legal, estará regular o proprietário perante as novas exigências do Código Florestal em vigor (artigo 18, §4º).

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00001230-3

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar a regularidade ambiental e urbanística da instalação da rede de transmissão de energia de alta voltagem, instalada pela empresa ENERGISA S/A, em bairros residenciais do município de Dourados/MS.

EMENTA - 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOURADOS/MS - AVERIGUAÇÃO DA REGULARIDADE AMBIENTAL E URBANÍSTICA DA INSTALAÇÃO DA REDE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DE ALTA VOLTAGEM - ENERGISA S/A – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - EMPRESA ATENDEU AS NORMAS JURÍDICAS AMBIENTAIS - LICENÇA DE OPERAÇÃO EXPEDIDA - AUSÊNCIA DE LESÃO AO MEIO AMBIENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou verificado através das vistorias realizadas nos autos, que a empresa ENERGISA S/A atendeu as normas jurídicas ambientais, e, especificou o traçado e via urbana que comportariam as instalações da rede de alta tensão, acostando cópia da Licença Ambiental de Instalação n. 74/2015, expedida pelo IMASUL, bem como certidão da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento atestando que a instalação não encontra impedimento na Lei de Uso e Ocupação do Solo LUOS. Assim, não havendo razões que justifiquem a continuidade do presente Inquérito Civil, a homologada da

Promoção de Arquivamento, é medida que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 44/2013

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual indicação de ópticas aos pacientes, por profissionais de oftalmologia, podendo resultar em responsabilidade civil e criminal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL INDICAÇÃO DE ÓPTICAS AOS PACIENTES, POR PROFISSIONAIS DE OFTALMOLOGIA, PODENDO RESULTAR EM RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, EM COXIM/MS – IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS – RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA E DEVIDAMENTE ACATADA – PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista que tanto o médico Dr. Alfredo da Silva Moreira Filho quanto o médico Dr. Luiz Paulo Gomes Rossato, acataram a Recomendação nº 002/2013/1ªPJCX expedida em 14 de novembro de 2013. Sublinhe-se que não se vislumbrou reiteração fática da irregularidade inicialmente narrada. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 45/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura Municipal de Coxim e a Secretaria de Estado de Infraestrutura

Assunto: Apurar eventual omissão no dever de conservar a via asfáltica entre Coxim e Silviolândia, o que prejudica o tráfego veicular e contribui com acidentes na região.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL OMISSÃO NO DEVER DE MANUTENIR A VIA ASFÁLTICA ENTRE COXIM E SILVIOLÂNDIA, EM COXIM/MS – IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – REALIZAÇÃO DE REPAROS NO ASFALTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, a promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que as irregularidades inicialmente narradas foram devidamente sanadas, notadamente porque se constatou que o trecho em comento foi recapeado e se encontra em ótimo estado de conservação, bem como que foram colocadas 85 (oitenta e cinco) placas de sinalização vertical totalmente refletiva, contendo inclusive placas na ciclovia. Foi implantada, ainda, uma pista lateral para trânsito exclusivo de máquinas e veículos de tração animal. Sublinhe-se que a questão que motivou a instauração do presente procedimento foi sanada, de modo que a continuidade das investigações se torna despendiendas, pois restou constatado tanto pelo Auxiliar da Promotoria de Justiça de origem quanto pelo Secretário Estadual de Infraestrutura que foram realizados todos os reparos necessários no trecho em referência. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 48/2011

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mário Alberto Kruger, ex-prefeito municipal de Rio Verde de MT/MS

Assunto: Apurar a eventual prática de ato de improbidade administrativa pelo ex-prefeito municipal Mário Alberto Kruger consistente nas contratações de serviços de hospedagem e alimentação com a empresa Cavalcante & Cia Ltda., sem o devido procedimento licitatório, entre os anos de 2005 a 2007.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PELO EX-PREFEITO MUNICIPAL, CONSISTENTE NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO COM A “EMPRESA CAVALCANTE & CIA. LTDA.”, SEM O DEVIDO PROCESSO LICITATÓRIO, ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2007, EM RIO VERDE DE MATO GROSSOS – INEXISTÊNCIA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – ELEMENTO SUBJETIVO (DOLO) NÃO CONFIGURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Em relação à dispensa de licitação para contratação direta da referida empresa, nenhuma irregularidade restou comprovada nos autos. Por oportuno, cumpre salientar que o Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução – DAEX encaminhou o Relatório de Perícia Contábil nº 181/2016, no qual se concluiu que não houve indícios suficientes de superfaturamento na contratação de serviços de hospedagem e alimentação com a empresa “Cavalcante & Cia LTDA”, sem o devido procedimento licitatório, entre os anos de 2005 a 2007. Por sua vez, a Prefeitura Municipal de Rio Verde consignou que o fornecedor dos referidos serviços, foi a “Empresa Fátima Auxiliadora Nogueira”, e não “Cavalcante & Cia Ltda.”, bem como que foram realizadas, com amparo no inciso II, artigo 24, da Lei 8666/93, uma vez que as despesas com alimentação e hospedagem atingiram em sua totalidade o montante de R\$ 7.730,00 (sete mil, setecentos e trinta reais), ou seja, considerado dentro do limite

legal para dispensa de procedimento licitatório, que é de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais). Desse modo, a situação relatada nos autos, não tem o efeito de configurar violação ao princípio da legalidade no patamar da configuração de ato de improbidade administrativa, restando claro a impossibilidade de continuidade das investigações nesse sentido. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001145-2

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar a adequação da equipe de profissionais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Aparecida do Taboado.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A ADEQUAÇÃO DA EQUIPE DE PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) DE APARECIDA DO TABOADO/MS - IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS - SITUAÇÃO REGULARIZADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, a promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que as irregularidades inicialmente narradas foram devidamente sanadas, notadamente porque se constatou que a equipe atual do SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Aparecida do Taboado é adequada, uma vez que a legislação exige 01 (um) orientador social para cada grupo de 25 (vinte e cinco) crianças, e o PETI tem, no máximo, 50 (cinquenta) crianças por período, verificando-se, assim, que o limite de crianças e adolescentes por orientador social está sendo observado (fls. 27/29). Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000093-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jardim

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação de escritório de advocacia pela Prefeitura Municipal de Jardim/MS, conforme Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 80/2017, bem como atos de improbidade administrativa decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM/MS, CONFORME PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 80/2017 - PERDA DO OBJETO CONTRATO Nº 63/2017 RESCINDIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, a promoção de arquivamento merece ser homologada, ante a perda do objeto, uma vez que o Contrato Administrativo nº 63/2017 foi rescindido a partir do dia 20 de fevereiro de 2018, tendo em vista que não subsistiu interesse entre as partes contratadas em permanecer com o mesmo, notadamente porque até o momento não se obteve nenhum resultado inerente ao objeto contratado, qual seja, a contratação de sociedade de advogados especializada na prestação de serviços jurídicos de recuperação de créditos relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental FUNDEF. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 8/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar reclamações relacionadas à poluição sonora, que vem ocorrendo, sobretudo, na região central da cidade de Coronel Sapucaia/MS, especialmente quanto ao uso e abuso de instrumentos sonoros e dos dispositivos de controle de ruído em veículos automotores.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR RECLAMAÇÕES RELACIONADAS À POLUIÇÃO SONORA, EM AMAMABAI/MS – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA – SITUAÇÃO REGULARIZADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, a promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que a irregularidade inicialmente narrada, qual seja, poluição sonora advinda da empresa “Aparecida Auto Center” não foi efetivamente comprovada; no entanto, com o escopo de se prevenir qualquer perturbação do trabalho ou sossego alheio, foram tomadas providências

para que as autoridades competentes fiscalizassem e coibissem tal irregularidade, tendo sido, expedida a Recomendação Administrativa nº 003/2017. De tal modo, observa-se que o presente procedimento perdeu sua razão de existir, não havendo justa causa para o ingresso de qualquer outra providência judicial. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 14/2015

Promotoria de Justiça Cível da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Victor Acosta Marques

Assunto: Apurar eventual registro civil de nascimento irregular no Brasil em nome de Victor Acosta Marques.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES NO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO – DUPLICIDADE DE REGISTROS - AJUIZAMENTO DE AÇÃO ANULATÓRIA DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO - SANEAMENTO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve o ajuizamento de Ação Anulatória de Registro Civil de Nascimento, tendo sido deferido o pedido de anulação do Registro Civil irregular do requerido Victor Acosta Marques, tornando desnecessária a continuidade do procedimento. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 9/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Josefina Ferreira de Andrade e a Prefeitura Municipal de Sidrolândia

Assunto: Apurar possível dano ambiental causado em área de APP (Área de Preservação Permanente) na propriedade denominada Sítio Vale do Paraíso, no município de Sidrolândia/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC DE ACORDO COM OS ARTS. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado nos arts. 33 ao 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despropositado o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 2/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerentes: Paulo Camargo Arteman e Ricardo Eloi Schunemann

Requerido: Município de Mundo Novo/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Concurso Público para servidores do município de Mundo Novo/MS, Edital 01/01/2015, bem como propor ou determinar medidas corretivas para que o certame esteja legalmente adequado.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADE DE CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/01/2015 DO MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO/MS – NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, consoante as diligências encetadas pelo órgão ministerial, não se comprovou qualquer irregularidade no Edital 01/01/2015 do Município de Mundo Novo/MS, referente ao concurso público para provimento de diversas cargos no âmbito municipal. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Notícia de Fato nº 01.2018.00004623-4 – Recurso – SIGILOSO

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Recorrente: André Duarte Ferreira

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar suposta perseguição ao Guarda Municipal Sr. André Duarte Ferreira por colegas e chefia dentro da Guarda Municipal de Campo Grande.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pelo desprovimento do recurso, com a consequente homologação do arquivamento dos presentes autos, nos termos do voto do Relator.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002249-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na administração pública municipal, conforme teor da Notícia de Fato nº 01.2017.00009451-1.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE OFICINA MECÂNICA PELO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o procedimento licitatório para a contratação da oficina mecânica Giruá observou todos os requisitos legais. Saliente-se, ainda, que segundo denúncia anônima, a referida empresa não realizava os serviços objeto da licitação, o que não se comprovou, visto que, a oficina já prestava serviços para a Prefeitura de Sidrolândia de funilaria e pintura antes da licitação em questão. Ademais, conforme depoimentos dos motoristas a oficina realizava normalmente os reparos sem qualquer alteração. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000275-0

1.ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Orlai Tirloni

Assunto: Apurar suposto dano ambiental ocorrido na Fazenda Vale Verde localizada no Município de Ponta Porã, consistente na contaminação do solo por manejo irregular de embalagens de agrotóxico, bem como verificar a observância da legislação ambiental com relação à instituição e conservação de área de reserva legal e das áreas de preservação permanente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL - ARMAZENAMENTO IRREGULAR DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICO – SANEAMENTO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o proprietário do imóvel rural realizou reparos para a adequação do armazenamento das embalagens de agrotóxico, sanando as irregularidades encontradas. Outrossim, foi ajuizada ação penal quanto ao crime ambiental. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 6/2012

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Coordenadoria Municipal de Habitação e a Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS

Assunto: Apurar irregularidades quanto à cessão e à manutenção na posse e propriedade de imóveis a munícipes que não preencham os requisitos legais necessários aos benefícios, conforme Lei Municipal nº 1354/2008.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES EM PROGRAMAS HABITACIONAIS DA PREFEITURA DE SIDROLÂNDIA – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC DE ACORDO COM OS ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO - CUMPRIMENTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Município de Sidrolândia/MS, onde adotou-se cadastramento digital para programas de habitação com atualizações anuais, bem como aderiu ao Programa Minha Casa Minha Vida cumprindo com os critérios de seleção e publicidade dos beneficiados no programa habitacional. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 22/2011 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 41/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades ocorridas na gestão pública no município de Douradina/MS, sobretudo fraude no procedimento licitatório tomada de preços nº 003/2013, o qual teve como objeto a contratação de serviços de publicidade.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 25/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Afonso de Andrade Cunha, fazenda Ranchinho Verde e a fazenda Rancho do Planalto

Assunto: Apurar eventual extração de cascalho sem a devida autorização.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 58/REM/2009

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Carlos Patrício de Miranda

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente e presença de processos erosivos em vários pontos do imóvel.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 3/REM/2011

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Duas Irmãs I

Assunto: Apurar regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como presença de processos erosivos.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 42/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Ernane Alencar

Assunto: Apurar denúncia de degradação ambiental provocada por uma construção na avenida Filinto Muller.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 4/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da coleta, tratamento e disposição dos resíduos sólidos urbanos no município de Coxim/MS, assim como a ausência de implantação da coleta seletiva com a criação e participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 26/2014

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fredson Brandão Vasconcellos & Cia Ltda.- ME, Espaço Aldeia, Fredson Brandão Vasconcelos, João Paulo dos Santos Paz e Tiago Pizzini Casarotti

Assunto: Registrar notícia indicativa de realização de atividade comercial Espaço Aldeia (festa e show), descumprindo com as condicionantes da licença ambiental.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 2/2014

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Operadora de Telefonia Vivo

Assunto: Apurar eventuais deficiências na prestação de serviços da Operadora de telefonia VIVO.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 12/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Aponta irregularidade relatada no desvio de verbas públicas na reforma na ponte de madeira sobre o córrego Laranja Doce – denominada Maria Curandeira, no município de Douradina.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 6/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Log Engenharia Ltda., e empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul

Assunto: Fiscalizar o correto funcionamento da estação de esgoto (ETE), localizada na rua Oito de Maio, em Anastácio.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

12. Inquérito Civil nº 45/2005

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Nandejhara

Assunto: Apurar ocorrência de dano ambiental, consistente em provocação e falta de medidas preventivas e de conservação do solo (processo erosivo) no imóvel rural (Fazenda Nandejhara).

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

13. Procedimento Preparatório nº 17/2010

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Vale Verde

Assunto: Apurar a notícia oriunda do Núcleo de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto-PGJ/MS de eventual ilícito ambiental na fazenda Vale Verde, localizado em Bodoquena, a necessidade de regularizar a área de reserva legal junto ao órgão ambiental.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

14. Inquérito Civil nº 9/2012

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: AGETTRAN - Agência Municipal de Transporte e Trânsito

Assunto: Apurar eventuais irregularidades referente ao péssimo atendimento oferecido pelos taxistas que trabalham no Aeroporto Internacional de Campo Grande-MS, bem como o baixo número de veículos credenciados no ponto de taxi em relação ao número de usuários.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

15. Inquérito Civil nº 8/2015

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Iracema Massae Kaida e o município de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Chácara Expedito”, pertencente a Iracema Massae Kaida, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

16. Inquérito Civil nº 10/2016

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sete Quedas

Assunto: Apurar omissão do município de Sete Quedas no tocante a entrega de medicamentos de pacientes aos polos regionais, bem como eventual improbidade administrativa por parte do Secretário de Saúde e do representante do Poder Executivo Municipal.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

17. Inquérito Civil nº 40/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Lucero

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Lucero, de propriedade de Jarbas Alves Martins de Souza, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

18. Inquérito Civil nº 11/2009

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clube de Pesca

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais no rancho leme, localizado no município de Anastácio.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

19. Inquérito Civil nº 6/2016 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Pedro Gomes.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

20. Inquérito Civil nº 32/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Sombra da Serra, de propriedade da empresa L.Z. Agropecuária Ltda. (antiga propriedade de Luiz Guilherme Zancaner)

Assunto: Apurar a degradação ambiental consistente em supressão ilegal de floresta em área de reserva legal e supressão vegetal nativa em área do Bioma do Pantanal.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

21. Inquérito Civil nº 1/2017

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Roselaine Covo Teixeira e Wellington Ramos

Assunto: Apurar denúncia de irregularidade na nomeação do chefe da Corregedoria da Guarda Municipal de Corumbá, em desacordo com o artigo 5º do Decreto Municipal nº 993/2011.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

22. Inquérito Civil nº 12/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Manoel Neco

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes do termo de ajustamento de conduta firmado no PIP 004/PJMA/2007, a fim de sanar as irregularidades ambientais oriundas da reforma (limpeza) em açudes, sem autorização do órgão ambiental competente, na Chácara Baixadão, município de Miranda/MS, de propriedade de Manoel Neco.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

23. Inquérito Civil nº 14/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Márcio Faustino de Queiroz, Prefeito Municipal

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa perpetrada pelo Prefeito Municipal de Bandeirantes Márcio Faustino de Queiroz, porque não teria providenciados serviços de coveiro e outras medidas necessárias para enterrar os corpos de D.V.R., e R.P.B, no cemitério municipal.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

24. Inquérito Civil nº 8/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto ao descumprimento de cláusula contratual que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de monitores de aluno no transporte escolar municipal por parte da empresa requerida, a eventual omissão do Poder Público na fiscalização do cumprimento da referida obrigação, e atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

25. Inquérito Civil nº 32/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santa Lúcia, propriedade de José Carlos Mascarello

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Santa Lúcia.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

26. Inquérito Civil nº 25/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Perdizes, propriedade de Sandra Suely Ferreira Yenes

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Perdizes.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

27. Inquérito Civil nº 11/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São José, de propriedade de Israel Antonini

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda São José.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

28. Inquérito Civil nº 5/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Palmeira, propriedade de Agostinho Dametto

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Palmeira.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

29. Inquérito Civil nº 51/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Amambaí, de propriedade de Waldir Silveira Dutra

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Amambaí.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

30. Inquérito Civil nº 66/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Flor do Ipê, propriedade de José Antônio Busato

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Flor do Ipê.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

31. Inquérito Civil nº 13/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Silvio Eduardo Urani

Assunto: Apurar a regularidade do desmatamento de 57,15 hectares em área de vegetação nativa e a abertura de estrada, haja vista que não corroborada a existência de autorizações ambientais, bem como solicitar e acompanhar as providências no pedido de autorização ambiental para supressão vegetal e substituição de pastagens nativas no imóvel rural fazenda São Sebastião, pertencente a Marcos Fernando Marçal dos Santos, empreendimento nº 14606.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

32. Procedimento Preparatório nº 6/2015

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Procedimento Preparatório 08/2014 entre esta Promotoria de Justiça de Bataguassu e o município de Santa Rita do Pardo tendo como objeto “a cessão de irregularidades encontradas no abrigo dos idosos, quando administrado pela ACOVALE - Associação Comunitária Vale da Benção, nas inspeções da Vigilância Sanitária Municipal.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

33. Inquérito Civil nº 6/2012

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Sandra Aparecida de Araújo e Pinto

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Nossa Senhora do Carmo, que margeia o Rio Amambai, localizada neste Município, como também para adoção de medidas necessárias à regularização do referido imóvel, de acordo com as normas ambientais vigentes.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

34. Inquérito Civil nº 06.2015.00000288-9 – SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

35. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00000477-0 – SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

36. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00000504-6 – SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

37. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000496-2 – SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

38. Inquérito Civil nº 06.2015.00000121-3

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em reajustamentos e termos aditivos superfaturados em relação à iluminação pública na cidade de Campo Grande/MS, bem como em relação ao fato de as lâmpadas de natal não terem sido compradas,

por já estarem no depósito da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Habitação - SEINTRHA.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

39. Inquérito Civil nº 06.2016.00000246-0 – SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

40. Inquérito Civil nº 06.2016.00001603-2 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

41. Inquérito Civil nº 06.2017.00000388-5 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

42. Inquérito Civil nº 06.2015.00000304-4 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

43. Inquérito Civil nº 06.2016.00000819-8 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

44. Inquérito Civil nº 06.2017.00000456-2 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

45. Inquérito Civil nº 06.2017.00000540-6 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

46. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000903-5 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

47. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001448-2

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas II Silvia Regina, notadamente a presença dos profissionais necessários à execução dos serviços, bem como a existência dos aparelhos e insumos apontados na Portaria MS 1.570/2004.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

48. Inquérito Civil nº 06.2016.00001376-8

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade de loteamento localizado na BR 262, Km 12, Zona Rural, Campo Grande, MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

49. Inquérito Civil nº 06.2017.00000446-2

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN)

Assunto: Apurar a data em que serão convocados para posse os candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e

Títulos para Provimento do Cargo de Agente Penitenciário Estadual do Quadro de Pessoal da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN).

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

50. Inquérito Civil nº 06.2016.00000155-0 – SIGILOSO

9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Dourados

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

51. Inquérito Civil nº 06.2015.00000277-8

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na obra realizada pela empresa concessionária de serviços públicos, consistente na construção de um estacionamento na BR 163, KM 267, parte do lote 11 (aos fundos da Polícia Rodoviária Federal), em Dourados-MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

52. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001498-9

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade do Procedimento Licitatório na modalidade de Tomada de Preço n. 16/2015 - Contrato n. 309/2015/DL/PMD que resultou na contratação da empresa EXO – Treinamento e Gestão Organizacional Ltda, pelo Município de Dourados.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

53. Inquérito Civil nº 06.2016.00000038-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gilberto Aparecido Bonfim

Assunto: Apurar a ocorrência de atividade ilegal de carvoejamento no lote 699 do assentamento Teijin, Distrito de Nova Casa Verde, em Nova Andradina/MS, por Gilberto Aparecido Bonfim.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

54. Inquérito Civil nº 06.2017.00001352-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Alice Gomes

Assunto: Apurar a ocorrência de poluição sonora em eventos realizados no estabelecimento comercial conhecido como "Alice Festas", em Nova Andradina/MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

55. Inquérito Civil nº 06.2016.00000347-0

1ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Douradina

Assunto: Apurar eventual falta de acessibilidade no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) Casa da Família do Município de Douradina/MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

56. Inquérito Civil nº 06.2016.00001547-7 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

57. Inquérito Civil nº 06.2017.00000591-7

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Santa Rita do Pardo

Assunto: Apurar eventual omissão dos agentes integrantes da rede de proteção do Município de Santa Rita do Pardo em relação ao atendimento da criança S.A.S constatada durante estudo social realizado nos autos da ação de guarda nº 0800746-48.2017.8.12.0026.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

58. Inquérito Civil nº 06.2017.00001074-2 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

59. Inquérito Civil nº 06.2017.00001173-0 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

60. Inquérito Civil nº 06.2018.00000740-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual insegurança na ponte sobre o Rio Formoso e diligenciar acerca da existência de certificado de vistoria quanto ao empreendimento Hotel Fazenda Rio Formoso.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

61. Inquérito Civil nº 06.2017.00001785-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Anunciades Correa Ferreira

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Rancho Alegre, localizado neste município, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação do solo, bem como, verificar a responsabilidade civil do requerido, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

62. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001242-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta situação de nepotismo, caracterizada, segundo a denúncia, pela relação de parentesco entre determinada coordenadora pedagógica e o secretário de educação do município de Bodoquena/MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

63. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001265-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sérgio Bueno

Assunto: Apurar possível ocorrência de dano ambiental decorrente de supressão de vegetação da área de Reserva Legal da Fazenda Sossego, sem o devido licenciamento.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

64. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001024-2

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventuais ofensas a direitos e garantias individuais do adolescente G.M.S., portador de necessidades especiais, no que concerne ao acesso à educação.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

65. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001306-1

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar os fatos noticiados por meio da manifestação n. 11.2017.00000561-6, registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

66. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001445-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade no ato normativo municipal que concedeu isenção de imposto a algumas empresas instaladas no município de Sidrolândia.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

67. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001678-0

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Apurar possível inexistência de capacitação da equipe multiprofissional integrante do Serviço de Acolhimento Provisório – “Família Acolhedora”, bem como ausência de cursos de formação às famílias cadastradas no aludido programa.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

68. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001902-2

7ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Comercial São Paulo Minas Veículos Ltda-ME

Assunto: Apurar eventual fraude contra consumidores pela empresa Comercial São Paulo Minas Veículos Ltda-ME, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, 1459, sobreloja, sala 01, Centro, Andradina/SP.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

69. Inquérito Civil nº 06.2017.00001714-6 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000251-6**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Taquarussu e Câmara Municipal de Taquarussu

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) por parte do gestor público do Município de Taquarussu, bem como pela Câmara de Vereadores dessa mesma Urbe, tendo em vista o não funcionamento adequado e/ou não-alimentação do Portal da Transparência, nos moldes legalmente exigidos

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE TAQUARUSSU - APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO E DA CÂMARA MUNICIPAL - ADEQUAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA MUNICIPALIDADE - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM A CÂMARA MUNICIPAL - NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO VIA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO A SER INSTAURADO NO SAJ/MP - INTELIGÊNCIA DAS RESOLUÇÕES 005/2012/CPJ E 015/2007/PGJ BEM COMO DO ENUNCIADO 09/2016/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promove-se o arquivamento de Inquérito Civil quando, após apuração de ato de descumprimento da Lei de Acesso à Informação por parte do Município e da Câmara Municipal, resta evidenciada a adequação do Portal da Transparência pela Municipalidade, porém não ocorrendo o mesmo com a Câmara Municipal, ocorreu a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com a Casa de Leis, revelando-se necessário o acompanhamento do acordo via

Procedimento Administrativo a ser instaurado no sistema SAP/MP. Inteligência das Resoluções 005/2012/CPJ e 015/2007/PGJ bem como do Enunciado 09/2016/CSMP.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000500-6

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar notícia de nepotismo no âmbito do Tribunal de Contas do Estado quanto a servidores nomeados em cargo em comissão

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - APURAÇÃO DE NOTÍCIA DE ILEGALIDADE NO ATO QUE CONCEDEU ESTABILIDADE A SERVIDOR EFETIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL - NÃO CONSTATADO - ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 19 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - NOTÍCIA DE NEPOTISMO - SUPOSTA IRREGULARIDADE SANADA - RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL INTEGRALMENTE ATENDIDA - DILIGÊNCIAS SATISFATÓRIAS - OBJETO EXAURIDO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. As diligências empreendidas pelo Órgão de Execução constataram a legalidade do ato que concedeu estabilidade a servidor efetivo do Tribunal de Contas Estadual, eis que preenchido o requisito necessário para tanto, qual seja: serviço público contínuo por no mínimo 05 (cinco) anos, conforme dispõe o artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pois o ingresso nos quadros do TCE/MS se deu em 1º.08.1984 e a estabilidade foi declarada em 10.01.1990. De igual forma, as diligências do Parquet solucionaram suposta irregularidade administrativa consistente em nepotismo, tendo em vista o atendimento de Recomendação ministerial, que determinou a cessação da contratação concomitante do servidor efetivo e sua ex-convivente nomeada para exercer cargo em comissão, o que se deu com a aposentadoria do servidor efetivo. Diante disso, o arquivamento do alusivo Inquérito Civil é medida que se impõe, em razão da ausência de justa causa para prosseguimento do feito.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001255-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mauro Rogério Rodrigues Gomes

Assunto: Apurar eventual descumprimento de jornada de trabalho de servidor público municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS - COMUNICAÇÃO APÓCRIFA REQUERENDO PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO A SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM RAZÃO DE FREQUÊNCIA EM CURSO SUPERIOR NO MESMO HORÁRIO DO TRABALHO EM OUTRA CIDADE - CUMPRIMENTO DA JORNADA LABORAL COM FLEXIBILIZAÇÃO PELO LEGÍTIMO MOTIVO DE PERMITIR AO SERVIDOR A CONCLUSÃO DE SEUS ESTUDOS, COM A AUTORIZAÇÃO E SUPERVISÃO DA CHEFIA IMEDIATA - SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO COM ZELO E PRESTEZA NÃO OBSTANTE EM HORÁRIOS ALTERNATIVOS - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL - ARQUIVADO EM RAZÃO DE AUSÊNCIA DE ILÍCITO DISCIPLINAR POR INASSIDUIDADE HABITUAL - DILIGÊNCIAS SATISFATÓRIAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil instaurado a partir de comunicação apócrifa para apurar suposto descumprimento de carga horária de servidor público municipal em razão de frequência em curso superior no mesmo horário do trabalho em outra cidade, em cujo procedimento, após realização de diligências e análise de documentos, verifica-se que durante o período de estudos, o serviço público sempre foi prestado com zelo e presteza, não obstante em horários alternativos, sob a autorização e supervisão da chefia imediata, sem qualquer prejuízo ao ente público municipal, bem como constatado que restou arquivado procedimento administrativo disciplinar instaurado no âmbito da administração pública municipal, por ausência de ilícito disciplinar por inassiduidade habitual.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 14/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes/MS

Assunto: Apurar possível irregularidade no adiantamento de remunerações para alguns servidores públicos do município de Bandeirantes, bem como seus reflexos na seara da improbidade administrativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BANDEIRANTES – PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO ADIANTAMENTO DE REMUNERAÇÕES PARA ALGUNS SERVIDORES PÚBLICOS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – AUSÊNCIA DE DOLO APTO A CARACTERIZAR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL CUMPRIDA. Comprovou-se nos autos o cumprimento da recomendação ministerial pela Prefeitura Municipal de Bandeirantes/MS, abstendo-se de promover o adiantamento de salários aos servidores municipais a qualquer título, uma vez que inexistente regulamentação legal para tal procedimento. Ato de improbidade administrativa não configurado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 10/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aparecido Rojo Duarte

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no PIP nº015/PJMA/2007, a fim de sanar as irregularidades ambientais dos lotes 19 e 24 do assentamento Canaã, de propriedade de Aparecido Rojo Duarte.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MIRANDA – MEIO AMBIENTE – FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONSTANTES NO TAC FIRMADO COM O INTUITO DE SANAR AS IRREGULARES AMBIENTAIS NOS LOTES 19 E 24 DO ASSENTAMENTO CANAÃ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INTEGRALMENTE CUMPRIDO – IRREGULARIDADES SANADAS - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. Comprovação nos autos de cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mediante apresentação da Licença de Operação nº 26/2010, bem como a confirmação da recuperação da área de preservação permanente e, também da adaptação do sistema de esgotamento sanitário. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 9/2003

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fazenda Califórnia e o Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais provocados pela instalação de “pivôs” de irrigação na fazenda Califórnia, em Terenos/MS, que captam água do córrego Piraputanga (sub-bacia do Rio Miranda: rio Aquidauana).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TERENOS - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL PROVOCADO PELA INSTALAÇÃO DE "PIVÔS" DE IRRIGAÇÃO NA FAZENDA CALIFÓRNIA, EM TERENOS-MS, QUE CAPTAM ÁGUA DO CÓRREGO PIRAPUTANGA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INTEGRALMENTE CUMPRIDO - IRREGULARIDADES SANADAS - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. Comprovação nos autos de cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mediante confirmação de ausência de dano ambiental decorrente de instalação de "pivôs" de irrigação na Fazenda Califórnia, em Terenos, conforme constam dos relatórios de vistoria elaborados pelo Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução (DAEX). Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000059-5

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades existentes na execução do Plano Estadual de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul gestão 2013 (2012-2015).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADE NA EXECUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL GESTÃO 2013 - EM PARTE, NÃO CONHEÇO A PROMOÇÃO DE

ARQUIVAMENTO - EVENTUAL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ATRIBUIÇÃO DA PROMOTORIA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA SEM HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO - ENUNCIADO Nº 15 DO CSMP-MS - NA PARTE CONHECIDA - IMPOSSIBILIDADE DE ARQUIVAMENTO JUNTO AO MPE - RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS NÃO REPASSADOS À SAÚDE NO ANO DE 2013 – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PELO MPF - ENUNCIADO Nº 16 - VOTO PELO PARCIAL DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MPF. 1. Considerando que a Promotoria de origem não possui atribuição para averiguação de eventuais atos de improbidade administrativa por parte do gestor público; 2. Considerando que quando o Promotor de Justiça verificar que a atribuição para atuar no procedimento é de outro membro do MPMS, deverá declinar a sua atribuição, independentemente de homologação pelo CSMP, conforme disposição do Enunciado nº 15 do CSMP-MS; 3. Não conheço, em parte, a Promoção de Arquivamento, determinando-se que se proceda a devolução dos autos à comarca de origem, para que seja efetuado o declínio de atribuição a outro membro do MP-MS, independentemente de homologação pelo CSMP; 4. Tendo em vista que já foi ajuizada ação civil pública pelo Ministério Público Federal a respeito de parte do objeto apurado nos autos; 5. Considerando que não se trata de promoção de arquivamento, mas sim de declínio de atribuição; 6. Considerando os termos do Enunciado nº 16 do CSMP/MS, de 03 de outubro de 2017; 7. Na parte conhecida, não reconheço o pedido de arquivamento e voto pelo declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, remetendo-se cópia dos autos.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho não conheceu em parte, a Promoção de Arquivamento, em relação aos eventuais atos de improbidade administrativa praticados pelo gestor público e determinou que se proceda a devolução dos autos à comarca de origem, para que seja efetuado o declínio de atribuição a outro membro do MPMS, independente de homologação pelo CSMP. Entretanto, na parte conhecida, o Conselho votou pelo declínio parcial da atribuição ao Ministério Público Federal no tocante à restituição dos recursos não repassados à saúde no ano de 2013 pelo Gestor Estadual, determinando a baixa dos autos à comarca de origem para que encaminhe cópia do presente procedimento ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.

5. Recurso Administrativo em Notícia de Fato nº 01.2017.00007561-4

42ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

Recorrente: Augusto Rodrigues da Silva

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Recurso Administrativo contra o despacho de arquivamento da Notícia de Fato.

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A DECISÃO DE ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO - ESTACIONAMENTO IRREGULAR EM VIA PÚBLICA - IRREGULARIDADE SANADA ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO PELA AGETRAN - ABERTURA DE VIA PÚBLICA – DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL – NÃO PROVIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO NOVA DENÚNCIA NO DECORRER DO PROCEDIMENTO - REMESSA DE CÓPIA DOS AUTOS A PROMOTOR DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - MANUTENÇÃO DO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO. 1. Considerando que a notícia de estacionamento irregular foi sanada pela Agetran através da implementação de sinalização vertical e horizontal na via Raul Pires Barbosa, desde o SEST/SENAT até o Hospital Proncor; 2. Considerando que o pedido de abertura da rua Augusto Antônio Mira é ato discricionário da Administração Pública municipal; 3. Tendo em vista o art. 9º da Lei nº 7.347/85 e o art. 26 da Resolução nº 015/2007-PGJ/MS, os quais estabelecem que se esgotadas todas as diligências, o órgão do Ministério Público se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fundamentadamente; 4. Considerando a nova denúncia no decorrer do presente procedimento apontando indícios de “venda de praça pública”, recomenda-se seja remetida cópia dos autos ao promotor natural do Patrimônio Público para averiguação dos fatos, conforme sugestões constantes do voto; 5. Voto pelo não provimento do presente Recurso Administrativo, mantendo-se o arquivamento da Notícia de Fato.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pelo não provimento do recurso administrativo, e manteve o arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000198-0

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Augusto Rodrigues da Silva

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de que o Portal da Transparência do TCE não divulgaria os dados exigidos pela legislação de referência.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - NÃO DIVULGAÇÃO DE DADOS EXISTÊNCIA DE OUTRO PROCEDIMENTO EM TRÂMITE NA

31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE - ENUNCIADO Nº 15 CSMP-MS - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO À OUTRO MEMBRO DO MPE-MS - VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Tendo em vista a existência da Ação Civil Pública sob o nº 0900031-55.2018.8.12.0001 em trâmite, ajuizada em 18/01/2018, movida pelo Ministério Público Estadual, por meio da 30ª Promotoria de Justiça, em face do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, cujo objeto é idêntico ao presente procedimento preparatório; 2. Considerando que quando o Promotor de Justiça verificar que a atribuição para atuar no procedimento é de outro membro do MPE-MS, deverá declinar a sua atribuição, independentemente de homologação pelo CSMP, conforme disposição do Enunciado nº 15 do CSMP-MS; 3. Voto pelo não conhecimento da promoção de arquivamento.

Deliberação: *à unanimidade, o Conselho não conheceu da promoção de arquivamento dos presentes autos, uma vez que a atribuição para atuar no procedimento é de outro membro do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul. Sendo assim, de acordo com o Enunciado nº 15, não é permitido o arquivamento dos autos em virtude de ausência de atribuição do membro para tal desiderato, sendo prudente que os autos sejam remetidos ao órgão de execução competente para dirimir quanto ao mérito em questão, nos termos do voto do Relator.*

7.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 1/2014

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Fernando Jacintho Lemos

Assunto: Apurar conduta que teria impedido a regeneração natural de vegetação do cerrado na fazenda São José (antiga fazenda Santana).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA FAZENDA SÃO JOSÉ, EM DECORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – OBSERVÂNCIA DO ENUNCIADO Nº 10 DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Vistoria do DAEX constatando que o proprietário rural adotou as medidas necessárias para sanar o dano ambiental inicialmente constatado, procedendo ao cercamento da área de preservação permanente para regeneração da vegetação. Inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Observância do Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público que determina que, inexistindo dano ambiental, a promoção de arquivamento será homologada mediante apresentação do CAR pelo proprietário rural. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

2. Inquérito Civil nº 9/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Nair Vera de Souza Aguiar

Assunto: Apurar a queimada iniciada no lote 08 que atingiu aproximadamente 30 hectares de área de pastagem, abrangendo de forma parcial os lotes 07, 09, 10 e 11, sem a devida autorização expedida pelo órgão ambiental competente, no Assentamento Patativa do Assaré em São Gabriel do Oeste/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL EM DECORRÊNCIA DE QUEIMADA REALIZADA NO LOTE 8 DO ASSENTAMENTO PATATIVA DO ASSARÉ – AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Comprovação de regularidade ambiental do lote 08 do Assentamento Patativa do Assaré, conforme relatório de vistoria elaborado pela Polícia Militar Ambiental constando a recuperação total da área queimada acidentalmente. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

3. Inquérito Civil nº 32/2015

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Promotoria de Justiça da Saúde Pública

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar se há falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Mário Covas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – SAÚDE PÚBLICA – APURAR EVENTUAL FALTA DE PROFISSIONAIS, EQUIPAMENTOS, APARELHOS E INSUMOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA MARIO COVAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – IRREGULARIDADES

SANADAS. Arquivamento justificado. Comprovação de adoção pelo Município das medidas necessárias para resolução da falta de estrutura de pessoal e de equipamentos da UBSF Mário Covas. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000741-1

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Agência de Transporte e Trânsito de Campo Grande - AGETTRAN

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente do desvio de materiais demolidos da antiga sede da AGETTRAN, em especial as estruturas metálicas e telhas que faziam parte da cobertura do antigo prédio, bem como portas e janelas do imóvel.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE SUPOSTA SUBTRAÇÃO DE MATERIAIS DEMOLIDOS DA ANTIGA SEDE DA AGETTRAN - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES. Arquivamento justificado. Não houve comprovação de subtração de materiais da antiga sede da AGRETRAN. Informação de reaproveitamento das estruturas metálicas por outros órgãos do Município. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000705-9

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Alberto Alves dos Santos (Bebeto) e "Josuá"

Assunto: Apurar ato de improbidade administrativa.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE DOURADOS - PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DA NOMEAÇÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - EXONERAÇÃO DO SERVIDOR - IRREGULARIDADES SANADAS. Comprovou-se nos autos a exoneração do Assessor Parlamentar supostamente nomeado irregularmente, esgotando-se o objeto da presente investigação. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Campo Grande, 4 de julho de 2018.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

ESCOLA SUPERIOR**AVISO Nº 106/2018 - XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, declara a Decadência do direito do ser empossada da candidata aprovada no XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul abaixo relacionada, nos termos do item 10, IX do Edital nº 001/2017-CEAF, de 16 de março de 2017, publicado no DOMP nº 1467, de 17 de março de 2017.

1.1. REGIÃO DE CAMPO GRANDE
Direito Nível Pós-Graduação

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
JAKELIYNE DE FREITAS FERREIRA	163	Aviso nº 105/2018-GED

Campo Grande, 04 de julho de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 16/PGJ/2018 - Processo nº PGJ/10/1476/2018.
Objeto: Aquisição e instalação de materiais permanentes (persianas) na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande/MS.
Vencedora: Morena Comércio e Serviços Ltda - EPP, com o valor total de R\$ 10.000,00, para o lote único.
Justificativa: Adjudicação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do edital.
Campo Grande, 4 de julho de 2018.
Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz
Pregoeira/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE003083 DE 03.07.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2261/2018.**

Credor: RR NOGUEIRA SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA.
Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Licitação: Pregão Presencial nº 35/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 10/PGJ/2017.
Objeto: Aquisição de cabo de áudio, extensor, emborrachado, na cor preta, sendo uma extremidade do tipo P2 macho estéreo e a outra J2 estéreo (P2 fêmea), medindo 1,5 metros. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Audiomais (item 38).
Valor: R\$700,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE003083 de 03.07.2018.
Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0057/2018/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, em conversão do Inquérito Civil 17/2015, desarquivado por fatos novos, para o formato digital, que se encontra à disposição na Rua São Vicente de Paula, nº 180 - Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002102-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades em vistorias veiculares realizadas por empresas terceirizadas e possível ausência de fiscalização por parte do DETRAN/MS junto às mesmas.

Campo Grande/MS, 04 de julho de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**AMAMBAI****EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 03/07/2018, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Amambai e o senhor Guiomar Bervian, proprietário do imóvel rural denominado Fazenda Palmeira, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil nº 57/2012, disponível para consulta do conteúdo integral na 2ª Promotoria de Justiça de Amambai/MS, localizada na Avenida Pedro Manvailer, nº 4601, Centro, Cep: 79.990-000, Telefone (67) 3481- 2477.

Amambai/MS, 04 de julho de 2018.

LUIZ EDUARDO SANT`ANNA PINHEIRO

Promotor de Justiça

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 02/07/2018, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Amambai e o senhor Idílio Klein, proprietário do imóvel rural denominado Fazenda Palmeira, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil nº 06/2012, disponível para consulta do conteúdo integral na 2ª Promotoria de Justiça de Amambai/MS, localizada na Avenida Pedro Manvailer, nº 4601, Centro, Cep: 79.990-000, Telefone (67) 3481- 2477.

Amambai/MS, 04 de julho de 2018.

LUIZ EDUARDO SANT`ANNA PINHEIRO

Promotor de Justiça

NAVIRAÍ**EDITAL N° 0005/2018/01PJ/NVR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, 50 - Centro.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002001-1/1ª PJ do Meio Ambiente

Requerente: Ministério Público Estadual - 1ª Promotoria de Justiça de Naviraí/MS

Requerido: Pelicano Aviação Agrícola LTDA

Assunto: apuração da regularidade das atividades da empresa Pelicano Aviação Agrícola, na Comarca de Naviraí/MS

Naviraí, 25 de junho de 2018.

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

O Promotor de Justiça Daniel Pívaro Stadniky, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2018, referente aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto do art. 9º, Parágrafo único da Resolução nº 004-2013-PGJ, de 25 de fevereiro de 2013.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí, até o 4º (quarto) dia útil subsequente a data de publicação deste edital.

2ª Promotoria de Justiça, em Naviraí, 03.07.2018

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS N° 01/2018

PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)	PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)		
2ª Promotoria de Justiça	2ª Promotoria de Justiça		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe/Subclasse: 200/011 Ofício requisitando diligência	Conforme disposto na Resolução nº 004/2013-PGJ, de 25.2.2013, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2005	Exercício 2015
Classe/Subclasse: 000/003 Correspondências recebidas (ofício, memorando, e-mail, fax, carta, bilhete, aviso de recebimento de correspondência, comunicação interna, etc.)	Conforme disposto na Resolução nº 004/2013-PGJ, de 25.2.2013, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2007	Exercício 2015
Classe/Subclasse: 200/013 Manifestações diversas em processos judiciais de 1ª Instância	Conforme disposto na Resolução nº 004/2013-PGJ, de 25.2.2013, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2006	Exercício 2010
Classe/Subclasse: 200/007 Notificações	Conforme disposto na Resolução nº 004/2013-PGJ, de 25.2.2013, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2007	Exercício 2011
Classe/Subclasse: 200/005 Controle de carga de Inquéritos	Conforme disposto na Resolução nº 004/2013-PGJ, de 25.2.2013, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2007	Exercício 2012
Classe/Subclasse: 200/004 Termo de declarações	Conforme disposto na Resolução nº 004/2013-PGJ, de 25.2.2013, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2011	Exercício 2013
Classe/Subclasse: 200/017 Termo de Ajustamento de Conduta	Conforme disposto na Resolução nº 004/2013-PGJ, de 25.2.2013, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2007	Exercício 2011

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0018/2018/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002346-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo e Vânia dos Santos Miranda

Assunto: apurar irregularidade na contratação de empresa pertencente a servidora pública municipal pelo Município de Ribas do Rio Pardo, e eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes.

Ribas do Rio Pardo, 03 de julho de 2018.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0019/2018/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002318-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Vanessa Santana Martos

Assunto: apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente em possível desmatamento na área de reserva legal da propriedade rural denominada Fazenda Sossego, localizada no Município de Ribas do Rio Pardo.

Ribas do Rio Pardo, 03 de julho de 2018.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

EDITAL Nº 024/2018/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Espírito Santo, nº 1.383, Centro, Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002084-4.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: A apurar;

Assunto: “Apurar eventual dano ambiental causado na propriedade denominada Chácara Paço do Angico, no município de Sidrolândia/MS, conforme o Auto de Infração n. 23574, oriundo da Polícia Militar Ambiental de Campo Grande/MS”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. 002/2017/2ªPJS para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Sidrolândia/MS, 03 de julho de 2018.

DANIELE BORGHETTI ZAMPIERI DE OLIVEIRA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 025/2018/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Espírito Santo, nº 1.383, Centro, Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002094-4.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: A apurar;

Assunto: “Apurar a situação referente ao fechamento da Unidade Centro de Parto Normal – CPN junto ao hospital Elmíria Silvério Barbosa bem como o atendimento pré-natal, parto e período puerperal prestado no município de Sidrolândia quanto ao atendimento ao disposto nas Portarias n. 569/2000 e Portaria n. 1459/2001 do Ministério da Saúde”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. 009/2017/2ªPJS para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Sidrolândia/MS, 03 de julho de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 026/2018/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Espírito Santo, nº 1.383, Centro, Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002095-5.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: A apurar;

Assunto: “Apurar possível funcionamento irregular de empresa, que exerce atividade de fabricação de tijolos, na área rural em Sidrolândia/MS”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. 008/2016/2ªPJS para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Sidrolândia/MS, 03 de julho de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PORTO MURTINHO

EDITAL Nº 0018/2018/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração de Inquérito Civil, o qual se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002014-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Daniela de Santana Farias – R&R Gestão de Saúde Ltda - ME

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no contrato de prestação de serviços médicos entre a requerida e o Município de Porto Murtinho, para prestar serviços junto ao Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira.

Porto Murtinho, 04 de julho de 2018.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça